

" ESTE MAL HÁ DE ACABAR " !!!



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

F
297

F

297

F.C.P.

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
BIBLIOTECA

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO

Fonte ConceiçãoData 18/01/88Cidade Brasília DF

A amizade "impossível"

na terra do apartheid

Londres (Ansa) — A amizade "impossível" entre um negro e um branco nessa peculiar região do mundo que é a África do Sul — regida pelo apartheid e situada nos anos 70 é o tema do novo trabalho de Sir Richard Attenborough, diretor do premiado e badaladíssimo Gandhi:

O mesmo grupo que fez esse filme ganhar oito Oscars em 1982, isto é, o diretor, o roteirista John Briley, o iluminador Ronnie Taylor, o cenógrafo Stuart Craig e o figurinista John Mollo, levam novamente à tela a história de uma amizade como tantas, mas — e aqui está a singularidade do filme — entre um jornalista branco e um militante negro em Cry Freedom, baseado em dois livros autobiográficos escritos pelo primeiro dos protagonistas mencionados, Donald Wood.

Chama-se Kewin Kline e muitos o consideram o novo Lawrence Olivier, o que já não é pouco. Pois bem, este ator, tão elogiado recentemente pela crítica por sua interpretação de Hamlet, em orgulho entre os próprios Nova Iorque, no Festival de Joseph Papp, protagonista de Silverado e de A Escolha de Sofia, encarna Woods, um jornalista liberal, o Daily Dispatch que teve de abandonar uma vida de luxos e comodidades como editor num subúrbio de Londres para poder testemunhar sobre o apartheid e um regime policial que, depois de assassinar num interrogatório o líder Steve Biko, declarou-o morto em consequência de uma greve de fome e ameaçou e perseguiu todo aquele que se atrevesse a dizer o contrário e até a manifestar publicamente as suas dúvidas.

Dezel Washington é o ator americano que interpreta o papel de Biko. Protagonista de uma série de telefilmes St. Elsewhere e intérprete, no teatro, de outro líder revolucionário negro, Malcolm X em When the Chickens Came Home To Roost, Washington só havia interpretado um filme até agora (A Soldier's Story, de Norman Jewison) antes de ser escolhido por Attenborough para as tentativas de conseguir um ator negro sul-africano ou, pelo menos africano, para interpretar o papel.

Stephen Biko e Donald Wood nunca se encontraram na África do Sul do Apartheid, ou para dizer com o eufemismo que lá se usa do desenvolvimento separado, instituído a partir de 1948.

Biko torna-se chefe do movimento de conscientização negro, um grupo que, nos anos 60 trata de disseminar sentimentos de dignidade e orgulho entre os próprios compatriotas.

Woods, por sua vez, dirige um jornal liberal, o Daily Dispatch que luta, justamente, contra o Apartheid mas só em 1975, decide encontrar-se pessoalmente com um líder dos direitos civis negros. Seu encontro com Biko transformará sua vida. Este será o primeiro preto que o trata de igual para igual, sem servilismo, sem ódios, mas que o força a re-aver seu "liberalismo" que não é mais que um motivo de boas intenções.

Quando Biko morre, em consequência das torturas a que foi submetido, Woods inicia uma campanha para conseguir que a polícia reabra o caso e reluta em acreditar na versão de que seu amigo morreu depois da greve de fome.

Decide então sair da África do Sul com sua mulher e filhos para publicar "sua verdade" que, precisamente é esta que agora passa para a linguagem cinematográfica. Seus dois livros são Biko e Asking For Trouble, o primeiro uma biografia do amigo e o segundo a sua autobiografia. Os dois chegaram à mesa de Attenborough, enviados pelo próprio Woods. Attenborough, famoso por inclinar-se sempre para temas nada simples, decidiu-se imediatamente: filmaria.

ANTECEDENTES

Desde sempre opositor do Apartheid e defensor de medidas mais concretas para isolar o regime de Pretória, há anos Attenborough negou-se a assistir à premiere de gala de Gandhi na África do Sul.

Sua decisão de filmar a história de Biko e Woods deveu-se ao fato de que, sendo ao mesmo tempo contemporânea e ancorada no passado, evita-se o perigo de abordar um tema de atualidade em relação com a África do Sul que pode envelhecer rapidamente devido à velocidade com que se sucedem os acontecimentos.

Além de Kline e Washington, interpretam o filme John Hargraves, Alec McCowen, Ian Richardson e um grande número de atores africanos.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO

Fente Jornal de BrasíliaData 22/02/88Cidade Rio de Janeiro

José Carlos Avellar

Berlim aplaude filme contra

O apartheid

BERLIM — Foi o filme mais longamente aplaudido de todo o festival: depois da última imagem de Cry Freedom o público que lotou a sessão noturna do Zoo Palast ficou aplaudindo até que os letreiros finais terminassem, as duas cortinas que cobrem a tela do cinema se fecharam e o diretor Richard Attenborough apareceu no palco. E, para se ter uma idéia do que de fato durou a recepção calorosa do público de Berlim a este filme inglês na seção oficial, mas fora de competição, basta dizer que depois do letreiro de encerramento, longo assim como costumam ser longos os cartões que indicam a quantidade de artistas e técnicos que trabalham numa superprodução, depois dos letreiros existem ainda uma relação com oitenta e três nomes de pessoas que morreram na prisão na África do Sul por protestar contra o racismo. Os nomes e as causas oficiais apresentadas pelo governo: algumas "quedas de uma escadaria", alguns "saltos da janela da prisão" e um grande número de "suicídios por enforcamento".

Muitos aplausos, uma emoção que continuou com o aparecimento de Attenborough e de uma das pessoas que de fato viveram a história contida no filme, a mulher do jornalista Donald Woods. Do palco o diretor agradeceu os aplausos que, disse então, acreditava serem encaminhados não a ele nem mesmo ao filme, "apenas sombras e luzes que se movimentam na tela" mas sim as pessoas como Bantu Stephen Biko, assassinado em setenta e seis pela polícia dentro do presídio, e como o jornalista Woods, que fugiu com a família da África do Sul e publicou pouco depois, em Londres, dois livros sobre Biko, livros que serviriam de ponto de partida para o filme.

"Uma das razões que levam a fazer cinema é bem está. Eu gosto de ver um filme emocionar as pessoas", disse depois o diretor, hoje com sessenta e quatro anos, no cinema desde cinquenta e oito, primeiro como ator depois como diretor entre outros de Gandhi. A idéia de fazer um filme sobre o racismo na África do Sul, projeto antigo mas que jamais tomara forma por faltar uma boa história, começou a se concretizar com uma planejada, mas não efetivada, estrela de Gandhi em Pretória, "exibição que deveria ser um acontecimento multiracial". O governo negou-se a atender o pedido de Attenborough, e depois de negar-se a comparecer a África do Sul o diretor foi apresentado a

Donald Woods, e assim ficou conhecendo seus livros Biko e Asking for trouble. O primeiro sobre o líder negro assassinado aos trinta anos; o segundo um relato autobiográfico da perseguição (por ter contado a verdadeira história da morte de Biko) e fuga para a Inglaterra.

"Durante anos, desde o final da década de cinquenta, venho trabalhando em roteiros sobre o apartheid, mas não encontrei nenhum com os ingredientes que considero vital para um meio de comunicação de massas tão poderoso, de tão largo alcance como o cinema. Meu Gandhi, por exemplo, foi visto por mais de cem milhões de pessoas em todo o mundo. Nenhum jornal, revista ou programa de televisão alcança este tipo de universalidade que tem o cinema". Dois livros como base para o roteiro, um sobre Biko, outro sobre o jornalista Woods, e a preocupação com uns certos ingredientes vitais para um meio de comunicação de massas como o cinema — eis aqui a mistura que fez o filme que, até agora, obteve melhor recepção pelo público do festival. Não é certo que a recepção seja a mesma em todos os outros lugares, mas é bem certo que o filme foi feito para emocionar as pessoas e feito com especial habilidade. Duas histórias num filme só e quem não se deixa levar por uma delas certamente se deixará tomar pela outra.

Das duas, a primeira, a de Bantu Stephen Biko, primeiro confinado em sua própria casa por cinco anos, sem poder receber mais de uma única pessoa de cada vez e depois preso e assassinado por "suicídio por enforcamento". É a história melhor. É a que certamente vai emocionar mais o espectador brasileiro. A outra história, a segunda, a mais longa, a que se ocupa da perseguição e fuga do jornalista e de sua família, é a que tem os ingredientes que o diretor considera indispensáveis para prender o espectador no cinema. A segunda história passa na tela mais ou menos assim como uma aventura de James Bond. O filme, diz o diretor, se destina a um espectador ainda não informado e sensibilizado por esta coisa "obscura, pornográfica, desumana, que se passa na África do Sul", e ao mesmo tempo em que fala de Biko, fala de Woods, um personagem semelhante àqueles que o espectador médio costuma encontrar nos filmes de ação. Uma parte do filme está ligado ao real, a outra está ligada ao cinema mesmo, às regras do sistema cinematográfico, que exige um constante tom de grandiosidade quando se trata de atingir milhões de pessoas. E o importante de verdade, diz Attenborough, é levar a muita gente a imagem de Bantu Stephen Biko e de pessoas que como ele lutam para acabar com o apartheid: "Quando a gente se dá conta de que Biko foi assassinado aos trinta anos, e que passou cinco anos, talvez até um pouco mais que isto, como uma das mais efetivas e respeitadas vozes negras da África do Sul, é evidente que ele foi uma figura extraordinária".

☐ No começo de Powaqatsi, de Godfrey Reggio, algumas imagens do Brasil, o garimpo de Serra Pelada. Filmado no Brasil e em outros países da América Latina, mais na Índia, na África e no Oriente Médio, o filme é a segunda parte de uma trilogia iniciada há cinco anos com Koyaanisqatsi e mais uma vez é um desfile de imagens sublinhadas pela música de Philip Glass. Nos letreiros finais agradecimentos ao jornalista brasileiro Leon Cakoff pela ajuda.

☐ Diálogo entre duas comédias no fim de semana em Berlim. Na sessão da manhã, o espanhol Jarrapellejos, de Antonio Gimenez Rico, constrói uma sátira bem corrosiva contra a idéia de família como coisa mais importante para ser preservada do que uma sociedade justa e humana.

De tarde o norte-americano Norman Jewison numa sátira divertida fez uma defesa ingênua da idéia da família como núcleo a ser preservado, acima de tudo. O filme chama-se Moonstruck (O brilho da lua) e a família em questão é toda de italianos.

☐ No começo do festival, os ingleses apareceram como o vilão da história, no filme australiano Ground zero (Nível zero), de Michael Pattinson, inspirado nos testes atômicos que o exército britânico realizou na década de cinquenta em Emu Field e em Maralinga, causando a morte de vários aborígenes vítimas das radiações. Agora, quase ao final, os ingleses apareceram como os heróis da história com o Cry freedom, de Richard Attenborough, demoradamente aplaudido pelo público do festival.

☐ Na entrevista coletiva depois do filme francês Kung Fu master, de Agnès Varda, interpretado pelo filho de Agnès, Mathieu Deny, por Jane Birkin e sua filha, Charlotte Gainsbourg, um jornalista perguntou à diretora se a história contada no filme era real. Na tela o garoto Mathieu (de 14 anos) é amante de Birkin (de 41). A resposta de Varda: "O cinema é só mentira, só conta histórias inventadas, falsas. Se tivesse acontecido de verdade esta história de amor, nós não teríamos feito um filme."

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
 Fonte: Folha de São Paulo
 DATA: 13/02/88
 Cidade: São Paulo SP

Governo torna ilegal novo comitê antiapartheid e proíbe ato público

O governo da África do Sul pôs ontem na ilegalidade o Comitê para a Defesa da Democracia e proibiu a realização de um ato público em protesto contra as prisões por razões políticas, convocado para hoje pela organização. A formação do Comitê para a Defesa da Democracia foi anunciada segunda-feira passada pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz de 1984. A organização, liderada por Tutu e pelo pastor Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, foi criada para substituir os 18 grupos contra o apartheid (regime racista de minoria branca) banidos no dia 24 de fevereiro.

Para proibir as atividades do Comitê, o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, apenas adicionou o nome da nova organização aos dos outros 18 grupos. Entre esses, está a Frente Democrática Unida (UDF), a principal organização de oposição interna, liderada por Boesak. Os líderes do Comitê já previam o banimento e anteontem pediram à Suprema Corte da Cidade do Cabo a garantia de que o ato público marcado para hoje seria realizado. Até ontem, os juizes não haviam se pronunciado.

Ao justificar a formação do Comitê para a Defesa da Democracia, Tutu dissera que considerava "a defesa e manutenção dos direitos humanos como nosso dever sagrado", em referência à ofensiva contra os grupos antiapartheid.

Depois de assinar o decreto proibindo o ato público que deveria acontecer na Universidade do Cabo Ocidental, na Cidade do Cabo (uma das poucas que permitem alunos brancos e negros), o ministro Vlok acusou os rebeldes exilados do Congresso Nacional Africano (CNA) de estarem se utilizando da Igreja para "fomentar a revolução". O CNA é a principal organização antiapartheid. Seu líder e fundador, Nelson Mandela, foi condenado à prisão perpétua em 1964.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO

Fonte O. GlaserDATA 7.10.88Cidade Rio de Janeiro

Grito contra o 'apartheid'

Já estão à venda os convites para a pré-estréia de "Um grito de liberdade", do cineasta inglês Richard Attenborough, que acontecerá segunda-feira, às 21 horas, no Condor Copacabana. Simultaneamente, o filme será também exibido em Brasília, Salvador e São Paulo, como comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura, com apoio do Ministério da Cultura.

Baseado numa história real, "Um grito de liberdade" se passa na África do Sul onde vivem dois amigos: Steve Biko, jovem líder negro do Movimento Estudantil, e o branco, Donald Woods, vindo de uma família tradicional e editor de um jornal, ambos perseguidos pela política do apartheid. Com estréia prevista para o próximo dia 31 de março, o filme foi indicado para três Oscars.

Os ingressos (a CZ\$100) estão à venda nos seguintes locais (em horário comercial): Studio Livro (Rua Visconde de Pirajá 462 — Loja A e Shopping Center Rio Sul, Lojas 46 e 47), Livraria Freitas Bastos (Rua Sete de Setembro 127/129), Livraria Saraiva (Rua Sete de Setembro 73), e Livraria BarraShopping (Loja 202 do shopping e Rua Conde de Bonfim 422 — Loja K).

A renda das pré-estréias do filme no mundo todo foi doada por Sir Richard Attenborough para a Unicef. No Brasil, será revertida em benefício dos programas dirigidos à mulher, apoiados pelo órgão internacional.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Concilia Brasília
Assinatura	DATA 18/03/88
Cidade	Brasília DF

OTOMAR LOPES CARDOSO

Apartheid em Brasília

Brasília conta hoje com 1 milhão e 800 mil habitantes. Pelos planos originais, deveria ter, no ano 2.000, uma população de 500 mil habitantes. Triste e imperdoável erro de estimativa dos seus planejadores técnicos. Se continuar no ritmo atual de crescimento demográfico, segundo a ONU, terá, na virada do século, 4 milhões de habitantes.

São impressionantes os números atuais, que revelam os problemas sociais da capital federal. O desemprego atinge 5,2 por cento da população economicamente ativa, índice superior a média nacional de 3,2 por cento. Faltam, no início do ano letivo, 24 mil vagas nas escolas, quando no período inicial de implantação havia a melhor rede escolar do País. Em 1986, foram registrados pela polícia 41 mil e 108 crimes. São 50 "invasões", isto é, as favelas, conforme a denominação local, onde sobrevivem 100 mil pessoas. Há um déficit habitacional de 200 mil moradias no Plano Piloto e nas oito cidades-satélite. Praticamente pouco se construiu em termos de habitações populares, ultimamente. Calcula-se uma corrente migratória anual de 12 mil pessoas.

A novidade é que autoridades locais apontam o fluxo migratório desordenado como o grande responsável pela "superlotação". Responsabilizam os migrantes pelas origens de todos os males. Como solução, apresentam o esboço de um plano de trabalho de estímulo "ao retorno às origens dos enganados em Brasília", além do desenvolvimento de uma campanha nacional esclarecedora, para conter a vinda ao DF de novos brasileiros.

Lamentavelmente, a mensagem tem relativa semelhança com a linha da política populacional adotada pela "rica do Sul. Não se exige, ainda, "o passaporte". Os ricos e os detentores do poder podem se fixar no Plano Piloto. Os pobres, no máximo, seriam tolerados nas cidades-satélites.

A ideia básica, defendida nacionalmente pelo presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, capital de todos os brasileiros, três décadas depois, é contestada pelos seus conterrâneos de Minas Gerais, que atualmente dirigem o Distrito Federal.

Não tenhamos dúvida em afirmar que, se JK estivesse vivo, estaria profundamente magoado. Como grande "tocador de obras", diria "vamos continuar a construir escolas, abrir hospitais, fazer mais habitações, romper novas fronteiras nesse imenso Brasil, ocupando ainda mais, o Planalto Central".

O moderado ex-presidente Tancredo Neves, que mobilizou o Brasil com tantas esperanças, possivelmente afirmaria que "fechar" Brasília não integra o espírito da Nova República.

O plano de diminuir o crescimento de Brasília prevê o retorno de 100 mil brasilienses até o ano 2.000. Pouco significa em termos do universo de uma cidade de 1 milhão e 800 mil pessoas, em relação a uma infraestrutura urbana.

O que poderá ocorrer, será um bem-sucedido trabalho de estímulo indireto ao turismo interno de "farofeiros". Os migrantes recebem as passagens de volta e alguma ajuda de custo, vão em casa, revêem a família e os amigos. Depois voltam tranquilamente para o Planalto Central. O lado positivo será uma renovada disposição de retornar ao trabalho.

Geralmente, os programas de retorno de migrantes existentes no mundo apresentam fracos resultados. As organizações Alemã e França davam elevada importância aos trabalhadores estrangeiros para retornarem aos seus países de origem, podendo recomençar a vida. Mas, não houve êxito.

A solução de Brasília, hoje e no futuro próximo, estará em constantes e renovados planos de desenvolvimento urbano para que possa servir bem à população. Precisa de crescimento mais harmônico, inclusive que não se limite ao seu quadrilátero geográfico. Brasília ainda é muito nova e não pode parar. O mais difícil já foi realizado, isto é, a consolidação como capital federal de todos os brasileiros.

Caso seja implantada a nova política populacional no Distrito Federal, dentro em breve teremos os mesmos uma condenação internacional, como o mundo todo critica a África do Sul, pelo doloroso apartheid.

Ao Brasil, de grandes problemas externos, já basta a questão da impagável dívida. Agora em Brasília, gratuitamente criam uma empenhada área de atrito internacional com uma injusta condenação dos seus migrantes. Esperamos que melhor bom senso prevaleça e que surjam ideias sociais condignas e à altura de uma cidade reconhecida internacionalmente, que, inclusive, acaba de ser tombada como "Monumento Intocável da Humanidade" pela Unesco.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	O Globo
DATA	30/03/88
Cidade	Rio de Janeiro

Militante anti-*'apartheid'* é assassinada em Paris

Enforcados mais 7 sul-africanos.

Este ano são 36

PARIS — Dulcie September era uma senhora negra de 45 anos, nascida na África do Sul, de cuja existência poucos franceses tinham conhecimento. Mas seu assassinato ontem de manhã, no 10º Distrito de Paris, movimentou imediatamente milhares de pessoas, que saíram às ruas em protesto contra seu assassinato.

Acontece que Dulcie September era a representante oficial na Europa do Congresso Nacional Africano (CNA), organização que luta contra a segregação racial e lidera a oposição ao Governo sul-africano. Assassinada no momento em que abria a porta de seu escritório, num prédio antigo da Rue des Petites Ecuries, Dulcie September cessou de defender a causa de seus irmãos de cor e sua morte violenta desencadeou uma tempestade política em todo o país.

O Presidente Francois Mitterrand exigiu solenemente ontem que o Gabinete presidido por Jacques Chirac prestasse contas dos erros da Polícia, que facilitaram o atentado contra Dulcie September. Segundo testemunhas, a representante do CNA teria solicitado proteção diária ao Ministério do Interior por sentir-se ameaçada e as autoridades recusaram-se a protegê-la.

A indignação contra a falta de interesse do Ministério do Interior é tão forte que diversas entidades representativas da sociedade civil decidiram organizar uma jornada de protesto, assim que a notícia do atentado foi noticiada. O dirigente do PC francês Georges Marchais culpou tanto Mitterrand quanto Chirac pelo atentado.

Harlem Desir, líder do movimento SOS Racismo, foi ao Ministério do Interior levar ao Ministro Pandraud, da Segurança Pública, o protesto das pessoas de cor que vivem na França enquanto que os sindicatos organizavam passeatas no centro de Paris.

O inquérito policial indica que os assassinos conheciam os hábitos da vítima e esperavam sua chegada escondidos na escada do prédio. O Governo sul-africano contestou as acusações de que estaria envolvido no atentado, argumentando que "a morte de Dulcie September foi consequência das divisões do CNA".

Antes de abrir o escritório de apresentação do CNA em Paris, no início da década de 80, graças a uma autorização pessoal do Presidente de setembro de 1984. Na véspera da Mitterrand, Dulcie September foi professora na região da Cidade do Cabo e esteve presa várias vezes, por fazer parte do Comitê Executivo da entidade. Depois de viver algum tempo em Lusaka, capital de Zâmbia, foi nomeada representante na Europa. Ultimamente, ela fazia companha junto aos candidatos às presidenciais francesas para que tomassem posição contra o fornecimento de derivados do petróleo ao Governo de Pretória e contra as importações de ouro e carvão da África do Sul.

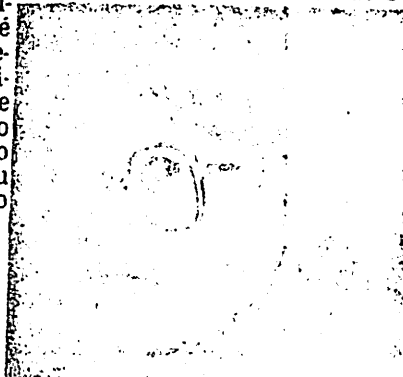
PRETORIA — Sete condenados à morte foram enforcados na madrugada de ontem, na prisão desta capital, elevando a 36 as execuções realizadas este ano na África do Sul.

Segundo as fontes oficiais que anunciaram as execuções, os cinco negros e dois mestiços enforcados não estavam entre as 45 pessoas (quase todas negras) condenadas à pena capital por crimes que os movimentos anti-*'apartheid'* consideram políticos.

Entre estes 45 condenados estão os conhecidos como os "Seis de Sharpeville", que deveriam ter sido executados no último dia 18 por terem participado do linchamento de um conselheiro daquela localidade, em 3 de setembro de 1984. Na véspera da execução, eles conseguiram um adiamento de um mês, período em que seus advogados esperam conseguir uma revisão do processo.

Ontem, em choques na fronteira com Moçambique, forças militares sul-africanas mataram mais quatro guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (CNA), totalizando 11 baixas fatais em cinco dias. Em Harare, capital de Zâmbia, o exilado líder do CNA, Oliver Tambo, anunciou que serão intensificados os ataques à África do Sul, visando principalmente alvos econômicos.

Na Cidade do Cabo, o Exército decidiu retirar as bandeiras nazistas usadas em uma representação teatral feita por soldados em um monumento no centro da cidade. Esta decisão foi tomada depois que, há dias, um turista judeu teve uma crise nervosa ao ver as bandeiras.

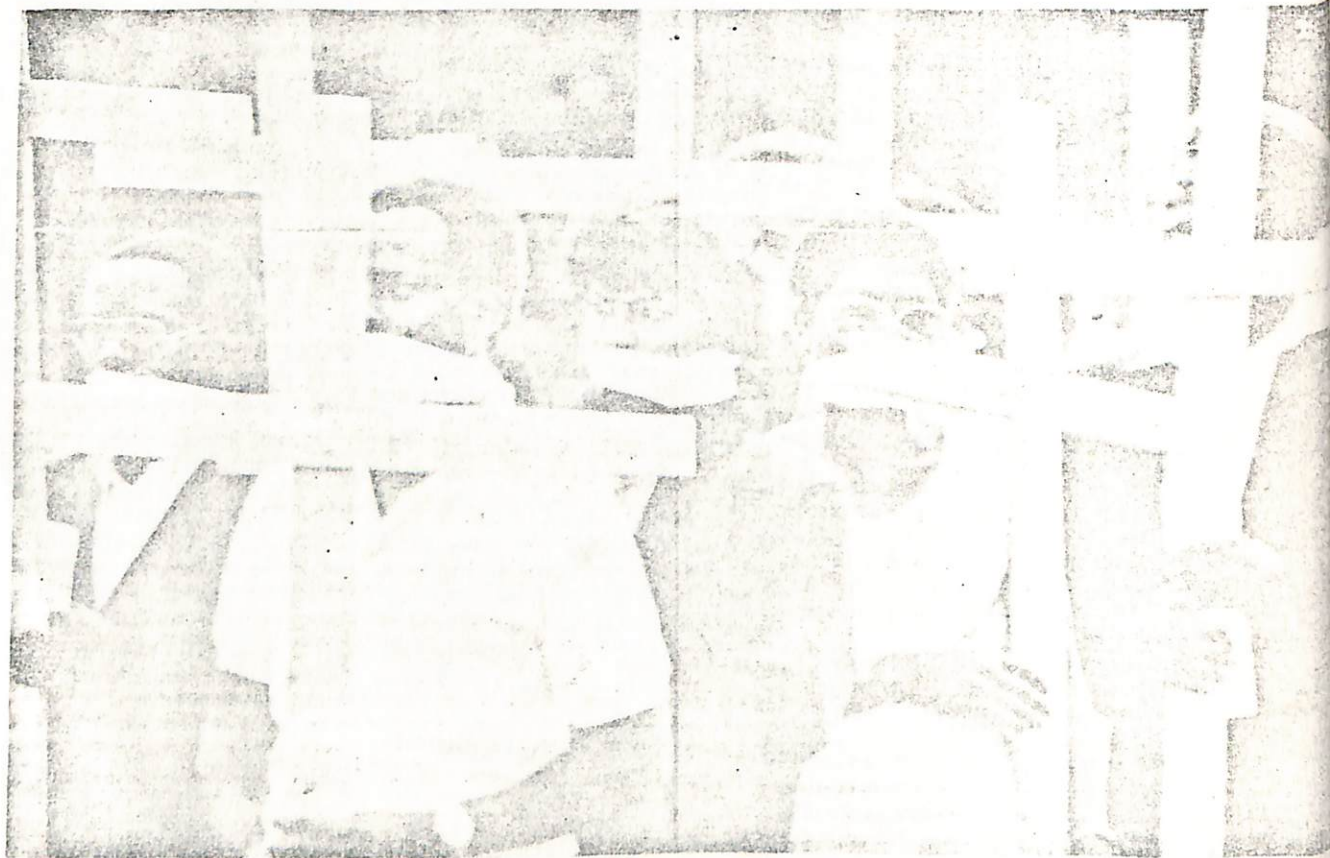


A líder negra Dulcie September

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Folha de São Paulo
DATA	22/04/88
Cidade	São Paulo SP

RELIGIOSOS MARCHAM CONTRA O APARTHEID

Carregando cruzeiros, cerca de 75 religiosos da Igreja Anglicana da África do Sul lideram uma marcha de protesto (foto) na cidade de Durban, leste do país, contra a segregação racial (apartheid). Os manifestantes pediram que o governo de minoria branca do presidente Pieter Botha suspenda as restrições impostas no mês passado contra 18 organizações multi-raciais de oposição.

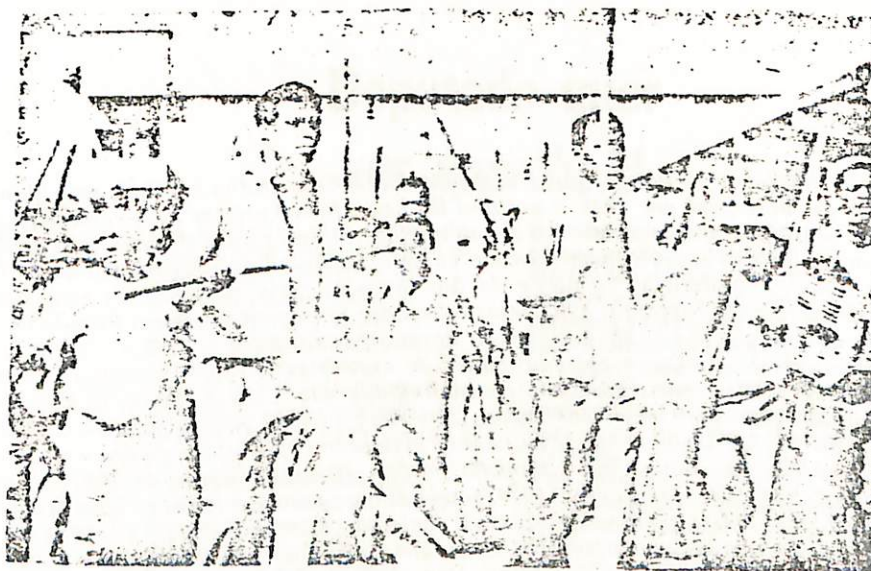


NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Folha de São Paulo
DATA	12/04/88
Cidade	São Paulo SP

DESAFIO AO APARTHEID

Partidários do movimento Inkatha, da tribo zulu da África do Sul, saem em passeata (foto), em desafio às leis do estado de emergência em vigor no país desde junho de 1986. A passeata foi feita à saída de uma reunião do movimento na cidade de

Claremont. O Inkatha, liderado por Gatshe Buthelezi, é uma organização contra o regime de segregação racial de minoria branca (apartheid) da África do Sul que atua em conexão com a Frente Democrática Unida, atualmente na ilegalidade.



**Cala-se na África do Sul
a voz que há 40
anos denuncia o apartheid**

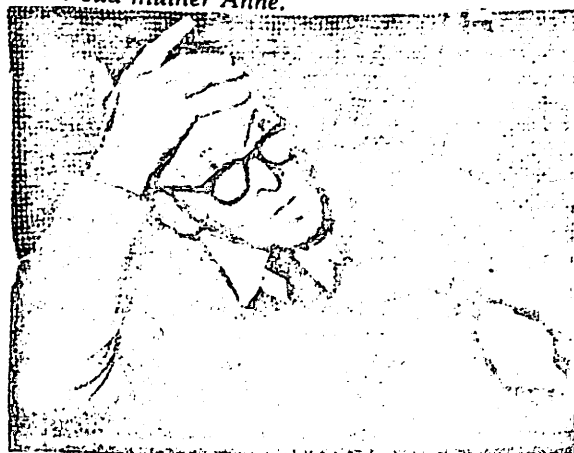
NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	<i>Estado de São Paulo</i>
DATA	<i>13/04/88</i>
Cidade	<i>São Paulo SP</i>

Alan Paton, contra o medo branco

de

amar

Pescritor e filósofo liberal Alan Paton, que se tornou famoso ao descrever em 1948 o sofrimento da maioria negra sul-africana sob o regime do apartheid, em seu livro *Cry, the Beloved Country* (Chora, país amado), morreu às 5h da manhã de ontem de câncer na garganta. Em 11 de janeiro passado, ao completar seu 85º aniversário, esse lutador incansável de origem escocesa tornou-se conhecido no poder, um crítico tolerável. "Uma luz brilhante de esperança", disse Buthelezi. "Um sa havia dito a um repórter: 'Só a sorte grande intelectual equilibrado'", disse Botha. O livro de genética tem me permitido continuar". Os médicos de Paton, *Cry, The Beloved Country*, com mais de 25 anos do Hospital San Agustin, de Durban, que o milhões de exemplares vendidos, é a obra mais lida operaram de câncer do esôfago no último dia 4, naquela porção africana, depois da Bíblia. Em perceberam a inutilidade de seus esforços e permitiram que ele morresse em paz. Paton havia voltado para casa na segunda-feira e estava quase feliz, disse sua mulher Anne.



Alan Paton, em maio de 1960

O presidente Pieter Botha e o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi foram prestar suas homenagens a Paton que, nos últimos anos de vida, era considerado como o Patriarca do Liberalismo na África do Sul: para os mais radicais, um pensador demasiado conservador; para o Partido Nacional, no poder, um crítico tolerável. "Uma luz brilhante de esperança", disse Buthelezi. "Um sa havia dito a um repórter: 'Só a sorte grande intelectual equilibrado'", disse Botha. O livro de genética tem me permitido continuar". Os médicos de Paton, *Cry, The Beloved Country*, com mais de 25 anos do Hospital San Agustin, de Durban, que o milhões de exemplares vendidos, é a obra mais lida operaram de câncer do esôfago no último dia 4, naquela porção africana, depois da Bíblia. Em perceberam a inutilidade de seus esforços e permitiram que ele morresse em paz. Paton havia voltado para casa na segunda-feira e estava quase feliz, disse sua mulher Anne.

Depois disso, Paton escreveu apenas mais três obras; entre as quais *Ah, But Your Country is Beautiful* (Como é belo o seu país) que deveria ser a primeira parte de uma trilogia sobre a África do Sul, e *Towards The Mountain* (Em direção à montanha), uma autobiografia até 1948. A segunda metade da autobiografia, *Journey Continued* (Continuando a viagem), está com lançamento marcado para o próximo dia 29, na África do Sul, com direitos reservados pela Charles Scribner, de Nova York, e a britânica Oxford University Press. A filosofia de Paton talvez possa estar contida na frase do principal personagem negro nas últimas páginas de *Cry*: "Meu medo", diz ele, "é que um dia, quando eles, os brancos, começarem a amar, descubram que nós, os negros, começamos a odiar".

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	<i>Concilio Brasil</i>
DATA	<i>15/04/88</i>
Cidade	<i>Brasília DF</i>



Benedita da Silva

Deputado quer ver *apartheid*

Por iniciativa dos deputados Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Palm (PT-RS), um grupo de parlamentares negros entrega, às 9h, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, requerimento solicitando seja designada uma Comissão Interpartidária para visitar a África do Sul.

• Os deputados petistas, negros, argumentam que no ano do Centenário da Abolição, todos os organismos e entidades ligados ou vinculados à

questão do negro, estão promovendo inúmeras atividades com o objetivo de refletir e aprofundar os aspectos relevantes da contribuição da raça negra ao País. "Nesse contexto, insere-se a necessidade do debate sobre a situação do povo negro da África do Sul", diz Palm.

• Se aprovada a criação dessa Comissão, poderá ser criado um impasse diplomático, vez que é proibida a entrada de políticos negros naquele país.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Estado de São Paulo
DATA	15/04/88
Cidade	São Paulo SP

18 brasileiros

Na

"lista negra"

da

ONU

NOVA YORK — Dezoito brasileiros, entre eles os pilotos Nelson Piquet, Ayrton Senna, Raul Boesel e Chico Serra, os tenistas Carlos Alberto Kirmayr e Marcos Hocervar e a ginasta Jacqueline Pires além de um grupo de jogadores de futebol, estão incluídos, ao lado de alguns dos mais destacados esportistas do mundo, na "lista negra" divulgada ontem pelo Centro contra o Apartheid da Organização das Nações Unidas (ONU).

A lista inclui os nomes de todos os atletas e equipes que participaram de competições na África do Sul de 1º de setembro de 1980 a 31 de dezembro de 1987, contrariando o boicote das Nações Unidas, do Comitê Olímpico Internacional e de quase todas as federações esportivas ao país devido à política de segregação racial.

Os nomes dos tenistas Jimmy Connors e Boris Becker, dos pilotos Alain Prost e René Arnoux e dos golfistas Lyle e Severiano Ballesteros, entre muitos outros (cerca de 2.500), aparecem junto ao da atleta Zola

Budd, sul-africana naturalizada inglesa. Zola aparece pela primeira vez na relação pela sua presumível participação na corrida de Brakpan. No documento divulgado ontem, o Centro contra Apartheid destaca a escassa presença de atletas de alto nível na lista.

Na América Latina, o país que mais contatos esportivos mantém com a África do Sul é a Argentina, com vários esportistas citados na "lista negra", principalmente os de rugby, pólo a cavalo e boxe. No passado, a Argentina rompeu relações diplomáticas com a África do Sul, depois que o regime militar, no poder de 1976 a 1983, aproximou-se de Pretoria, assim como Uruguai, Chile e Paraguai.

O Centro da ONU divulgou uma outra "lista negra", de artes e espetáculos, em que aparecem os cantores Julio Iglesias e Frank Sinatra. O norte-americano, porém, já informou às autoridades que não voltará a cantar na África do Sul enquanto o país mantiver a política do apartheid.

Fim sangrento para *apartheid*

O poeta nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura de 1986, disse ontem após audiência com o ministro da Cultura, Celso Furtado, que o futuro do regime racista da África do Sul "é sangrento", pois os países desenvolvidos não estão "humilhando e isolando o apartheid do resto do mundo".

"Lamentavelmente", disse, "O Brasil não está aplicando as pressões necessárias para o fim do regime racista da África do Sul. Nem o Brasil, nem a Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Por isso, minha visão é pessimista. Haverá muitas perdas de vida na África do Sul".

Wole Soyinka chegou ontem pela manhã a Brasília como membro de uma grande comiti-

va nigeriana, comandada pelo ministro da Cultura, príncipe Tony Momoh, para participar das comemorações do centenário da Abolição da escravidão. Ontem, a comitiva nigeriana foi recebida em audiência pelo presidente José Sarney e hoje assiste ao concerto da Abolição, no Teatro Nacional de Brasília.

Vestido de preto, como o cabelo alto e grisalho, Soyinka explicou que "ficou muito contente" com a explicação do ministro Celso Furtado sobre a posição social e econômica dos negros na sociedade brasileira.

"O ministro Furtado nos explicou que não haverá celebrações porque esta não é uma data para festejos, mas sim uma ótima oportunidade de se fazer reflexões sobre a própria sociedade brasileira; para mim é assim

que deveriam ser todas as comemorações", disse.

Ao fazer um paralelo entre a cultura nigeriana e a brasileira, Soyinka frisou que "os negros brasileiros devem aproveitar a data para ressurgirem com maior determinação para compensar décadas de opressão social e econômica".

"A contribuição cultural africana precisa sair da condição de marginalidade. Infelizmente, muitos negros brasileiros não têm consciência o quanto a África está viva dentro de cada um, que através de xangô, lemanjá e a macumba, quer pelo samba. O Iá está vivo aqui, africanos nascidos em Daomé, Congo e Nigéria, se por um passe de mágica acordassem na Bahia, iriam pensar que estavam em sua própria terra".

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Revista Brasil
DATA	24/05/88
Cidade	Brasília DF

Apartheid comemora 40 anos

Johannesburgo, África do Sul

RACISMO OFICIAL

Este país comemorou ontem 40 anos de reinado absoluto do Partido Nacional (NP) e, paralelamente, o quadragésimo aniversário de uma política, o apartheid, combatida por todos os países do mundo, com algumas exceções.

Paradoxalmente, o PN procura afrouxar, pelo menos oficialmente, esta política que o permitiu chegar ao poder. O presidente Pieter Botha anunciou no mês passado uma reforma constitucional que deveria permitir a nomeação de um negro para fazer parte do governo e ainda a participação de outros negros no colegiado encarregado de eleger o chefe de estado.

A oposição de esquerda afirma, no entanto, que o governo pretende com estas medidas somente ocultar os aspectos mais repulsivos do apartheid, para poder preservar o princípio e a sustentação do sistema de supremacia branca.

Foi no dia 23 de maio de 1948 que — para a surpresa geral — o PN chegou ao poder amparado por uma minoria de votos (41 por cento) de outra minoria, a comunidade branca que representa apenas 15 por cento de toda a população do país. Nove eleições e quarenta anos após, o PN segue firme no poder.

Em todos estes anos a África do Sul ocupou regularmente as páginas da imprensa mundial: em 1960 pelo massacre de 69 negros por policiais em Sharpeville. Em 1976 e 1977 pelos motins de Soweto, onde morreram 575 negros. Em 1985 e 1986 pelos levantes que deixaram a marca de 2 mil 500 mortos e causaram a instauração do estado de emergência ainda vigente.

Mas a imagem do governo sul-africano também se viu degradada pela morte de diversos líderes negros nas prisões, sendo que o caso de Steve Biko, assassinado em 1977, foi o mais célebre. Outro aspecto negativo são as invasões por parte do exército sul-africano nos países vizinhos, sob o pretexto de estar combatendo os guerrilheiros do Congresso Nacional Africano, principal movimento nacionalista, que já cometeu inúmeros atentados desde que suas atividades foram consideradas ilegais.

É preciso lembrar, no entanto, que a segregação racial e a política de supremacia branca já existiam na África do Sul antes da chegada do PN ao poder. A diferença atual consiste em que o partido oficializa a discriminação — antigamente uma prática não-oficial — através de textos constitucionais.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	Correio da Manhã
Assinatura	DATA 28/05/88
Cidade	Buenos Aires DF

Papa ataca outra vez o *apartheid*

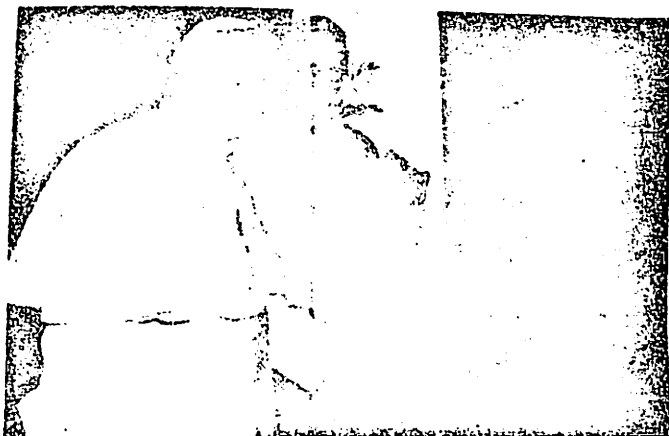
Cidade do Vaticano — Ao receber ontem uma delegação ecumênica sul-africana. O papa João Paulo II condenou novamente o *apartheid*, mas assinalou que os cristãos só devem empregar meios pacíficos para combatê-lo:

— O *apartheid* impõe um preço terrível à vida das pessoas e das famílias e à própria sociedade. Todas as formas de discriminação racial são absolutamente inaceitáveis — disse João Paulo II. Lembrando que a Santa Sé sempre condenou o *apartheid*.

A delegação ecumênica sul-africana que está em

visita à Europa é formada, entre outros, pelo arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, o prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu, e o arcebispo católico de Pretória, monsenhor George Daniel.

— A reconciliação está no coração do Evangelho e os cristãos não podem aceitar estruturas de discriminação racial que violam os direitos humanos — assinalou João Paulo II, que também destacou a dimensão individual do problema, ao declarar que a mudança de estrutura depende da mudança dos corações.



Diferenças se anulam. Papa e Tutu se cumprimentam

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte: <i>Folha de São Paulo</i>	
<i>Paulo</i>	DATA: <i>29.10.1988</i>
Cidade: <i>São Paulo</i>	

Segundo dia da greve *de* *protesto* *deixa oito mortos* *na* *África do Sul*

Pelo menos oito pessoas morreram e 31 ficaram feridas ontem na África do Sul, no segundo dia de uma paralisação nacional em protesto contra a legislação preparada pelo governo racista de minoria branca para restringir o direito de greve. Embora o movimento tenha diminuído em relação ao primeiro dia, mais de um milhão de trabalhadores negros continuavam em greve em todo o país.

O governo afirmou que oito negros, incluindo três crianças, foram mortos em distúrbios isolados ocorridos ontem nas províncias de Cabo, Natal e Transvaal. Outras 31 ficaram feridas em violentos incidentes, onde foram lançadas pedras e bombas incendiárias contra casas, ônibus e trens.

Na cidade de Kwadengezi, um desconhecido atirou contra um grupo de negros matando uma menina de sete anos, um menino de dez e uma mulher. Em KwaZulu, funcionários do hospital disseram que um passageiro de um ônibus morreu quando este foi atacado por bombas incendiárias.

Uma bomba causou danos na linha férrea que liga o bairro negro de Soweto a Johannesburg, a mais importante cidade da África do Sul. Apesar disso, uma porta-voz da rede ferroviária afirmou que os trens provenientes de Soweto transportaram cerca de 80% do habitual (contra 10% na segunda-feira).

A polícia alertou ontem os órgãos da imprensa para não divulgar notícias sobre a greve, acrescentando que a violação da ordem levaria o governo a aplicar as punições previstas nos regulamentos do estado de emergência, em vigor no país desde 1985.

A paralisação de três dias foi convocada pelo Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu, presidida por Jay Naidoo) e pelo Conselho Nacional de Sindicatos Sul-Africanos (Nactu), para protestar contra um código de leis trabalhistas que restringe o direito de greve e também contra a proibição de grupos antiapartheid, decretado pelo governo em fevereiro último.

Seis de Shaperville

O juiz sul-africano Paul J. W. Human, do Supremo Tribunal de Pretória, informou ontem que pretende anunciar na próxima segunda-feira sua decisão sobre a petição dos advogados dos "seis de Shaperville" --cinco homens e uma mulher negros condenados à morte por assassinato.

Os seis acusados foram sentenciados à força pela suposta participação no linchamento, em 1984, de uma autoridade municipal de Shaperville, um gueto negro a 50 km de Johannesburg. Os advogados apresentaram a petição baseados na confissão de uma testemunha de acusação, que admitiu ter falado sob coação. A execução foi adiada pelo tribunal na véspera de sua consumação, a 18 de março passado. Países como os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha pediram clemência ao governo sul-africano.

Manifestações desafiam apartheid

A maior greve da história sul-africana é um protesto contra restrições de direitos trabalhistas, mas é também um desafio político ao regime racista de minoria branca. É o primeiro grande teste de força entre o governo do presidente Pieter Botha e a oposição desde o virtual banimento de 17 organizações antiapartheid em 24 de fevereiro passado.

A paralisação é comandada pelo Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu) e o Conselho Nacional dos Sindicatos Sul-Africanos (Nactu), que reúnem trabalhadores não-brancos. O Nactu, com 150 mil filiados, é mais radical e vinculado ao Movimento de Consciência Negra, fundado por Steve Biko, personagem do filme "Um Grito de Liberdade", em cartaz em São Paulo. Já o Cosatu (750 mil filiados) é o mais poderoso sindicato sul-africano. É ligado ao Congresso Nacional Africano (CNA), principal grupo armado antiapartheid, e intimamente associado à Frente Democrática Unida (FDU), uma ativa coalizão esquerdista multirracial, que congrega 600 organizações e alega ter dois milhões de membros. O principal objetivo do banimento de fevereiro foi golpear a FDU.

A greve é um reflexo da politização dos sindicatos, que passam a canalizar reivindicações não trabalhistas quando outros canais de expressão, como os partidos, estão vedados. Isto ocorre tanto na África do Sul, como na Polônia, por exemplo.

O Cosatu foi legalizado em 1979, em uma das primeiras reformas do regime racista para evitar o descontrole social. Com a decretação do estado de emergência em 1985, a luta antiapartheid começou a se transferir das escolas secundárias e guetos negros para as fábricas. Esse processo se cristalizou na convenção de julho passado dos 13 sindicatos que fazem parte do Cosatu. Os três mil delegados não se limitaram a discutir questões salariais e trabalhistas. O debate resvalou para reivindicações de um governo de maioria negra e laços mais íntimos com o Congresso Nacional Africano.

A greve de três dias teve a adesão dos trabalhadores dos setores que fazem África do Sul uma fonte estratégica de matérias-primas para o Ocidente. O país é o maior produtor ocidental de ouro, platina, urânio, diamantes, cromo e manganês. A paralisação só não foi um sucesso nas minas de ouro (a África do Sul é responsável por metade da produção ocidental), onde os trabalhadores são filiados ao Sindicato Nacional dos Mineiros, o mais importante do Cosatu.

O movimento grevista iniciado segunda-feira é também um desafio à comunidade empresarial. Mais sofisticados e com mais visão estratégica mais larga que o regime do presidente Botha, os empresários incentivaram a organização sindical a partir dos anos 70. Gavin Relly, presidente do legendário grupo Oppenheimer, foi mais ousado. Em 1985 liderou uma delegação branca para um encontro, em Zâmbia, com o comando do Congresso Nacional Africano. O objetivo dessas iniciativas é montar o cenário de uma era pós-apartheid.

Ontem ocorreram as primeiras mortes na greve, mas até agora o governo sul-africano não usou para valer sua mão pesada. Joga com dois fatores a seu favor: a adesão declinou um pouco ontem e o trabalho foi praticamente normal nas minas de ouro. O endurecimento pode ser o pretexto para mais uma onda de mobilização nos guetos negros. As autoridades brancas também não querem esquentar ainda mais uma data simbólica: o próximo 18 de julho é o 70º aniversário de Nelson Mandela, presidente de honra do Congresso Nacional Africano, na prisão perpétua desde 1962.

Artistas fazem ato por liberdade de líder negro

Da "United Press Internacional"

No próximo dia 11, cantores de música pop de todo o mundo irão se reunir em Londres para realizar um concerto, mas muito diferente dos que têm sido realizados ultimamente, como o "Live Aid", para ajudar a população faminta da Etiópia. Trata-se do "Freedomfest" (festa da liberdade), para lembrar os 70 anos do dissidente negro Nelson Mandela, preso na África do Sul desde 1962.

O concerto será no estádio de Wembley, onde foi realizado o "Live Aid", mas a semelhança entre os dois eventos termina aí. O "Freedomfest" não é um concerto beneficente para levantar fundos para caridade, mas é um evento de confronto político e seu alvo é o governo racista de minoria branca da África do Sul.

O show terá seis horas de duração e contará com a participação do Dire Straits, Simple Minds, Ashford and Simpson, The Fat Boys, UB-40, Sting, Phil Collins, Sly and Robbie, Roberta Flack, Joe Cocker, Harry Belafonte, Natalie Collie, Gregory Hines, Hugh Masakela, Little Steven, Bill Wyman, Rolling Stones, entre outros.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	<i>Jornal do Brasil</i>
<i>pid</i>	DATA <i>12/06/88</i>
Cidade <i>Rio de Janeiro</i>	

'Apartheid' lota prisões

e

provoca crise na Justiça

JOHANNESBURGO — O sistema judicial sul-africano está em petição de miséria. O país ostenta os tristes recordes mundiais da maior população carcerária (440 presos para cada 100 mil habitantes) e da mais elevada taxa de execuções. Dos que estão atrás das grades ou são exterminados no cadafalso a vasta maioria é de negros condenados por brancos — despossuídos condenados por possuidores.

Pode-se presumir que uma boa quantidade das detenções se deve a erros judiciários, no mínimo porque cerca de 80% terão sido condenados sem assistência legal em seus julgamentos. O Estado gasta em assistência jurídica à população o equivalente à metade de 1% do que a Grã-Bretanha gasta. A possibilidade de recurso e a defesa gratuita estão ao alcance dos condenados à morte, que no entanto só podem contar — dada a exigüidade das diárias pagas aos advogados — com os profissionais menos experientes.

Acima de tudo, trata-se de um sistema judicial regido por um corpo de regras espantosamente alheio ao que pode ser descrito como o império da lei, na civilização ocidental. Professor de jurisprudência em Oxford, Ronald Dworkin certa vez resumiu para os alunos os códigos e práticas legais sul-africanos, sem revelar de que país se tratava. Unanimemente, eles responderam que era a União Soviética.

Legitimidade — A crise deste sistema não é tanto de decisões dos tribunais — na maioria das sociedades, os judiciários tendem a ser conservadores e voltados para o executivo. É antes uma crise derivada de atos e políticas que, da parte do governo, põem em questão sua própria legitimidade.

Embora o judiciário sul-africano deva ser censurado por não ter sido capaz, ao longo dos anos, de defender os direitos do indivíduo, não se deve esquecer que sua capacidade de fazê-lo foi, senão neutralizada, pelo menos limitada pela natureza do sistema legal. Seu papel subalterno em relação a um legislativo todo-poderoso acabou por atrelá-lo às decisões e políticas governamentais. Mesmo nos casos em que os tribunais se prevaleceram de brechas no aparato legal do Estado para desafiar o governo, as autoridades simplesmente reelaboraram e reintroduziram as mesmas medidas, de modo a forçar seu cumprimento — foi o que aconteceu, repetidas vezes, com as medidas ligadas ao estado de emergência.

Em tais circunstâncias, não deixa de surpreender que a maioria oprimida e despossuída da população continue aceitando a jurisdição dos tribunais. Causa espécie, por exemplo, que sejam raros os casos de obstrução dos trâmites em tribunal ou de recusa por parte do acusado de reconhecer a legitimidade deste — recursos já empregados pelas *suffragettes* britânicas no início do século e recentemente pelos nacionalistas irlandeses.

Dilemas — Mas este respeito pelos tribunais — se assim pode ser chamado — torna-se cada vez mais frágil, à medida que o judiciário começa a encarar as consequências, no sistema legal, das rebeliões dos guetos no período 1985-86 e da crescente guerra de guerrilha: os tribunais se vêem às voltas com casos de traição complicados pela identificação do acusado com a maioria despossuída e dilemas quanto à aplicação de penalidades criminais a atos que, por cruéis que possam ser, foram gerados pelo idealismo.

Esta crise de legitimidade se configura num vício básico e potencialmente fatal do judiciário sul-africano: não existe, hoje, um só juiz saído da maioria da população. Menos de um por cento dos advogados do país — dentre os quais são nomeados os juizes — são negros. E quando se sabe que um número substancial de advogados brancos têm recusado tais nomeações por questão de princípio, só podem ser escassas as chances de seus poucos colegas negros aceitarem, caso o governo tivesse o bom senso de fazer a oferta.

Uma longa fila à espera da morte

Um jovem sul-africano à espera do carrasco na Prisão Central de Pretória escreveu recentemente, em carta à sua mãe: "Há tanta gente aqui no corredor da morte! É tanta gente que nem dá para acreditar..."

O espanto do rapaz é compreensível: havia, no mês passado, 273 pessoas compartilhando com ele as celas da morte. A máquina judicial de matar trabalha atualmente sem descanso, na África do Sul. No ano passado, o carrasco estabeleceu um recorde de todos os tempos para o país, quebrando os pescoços de 164 pessoas. Este ano, ameaça quebrar seu próprio recorde, pois já matou 59. A média é de um enforcamento a cada 2,2 dias.

A esmagadora maioria dos executados e dos que esperam para morrer é, naturalmente, de negros. Dos 59 mortos este ano, apenas um era branco; 14 eram de cor (*coloureds*) e 44, negros. Dos 273 que esperam a morte, 197 são negros e 56, de cor...

Na África do Sul, a pena de morte pode ser aplicada — e frequentemente o é — por crimes que vão do roubo com circunstâncias agravantes ao estupro e ao assassinato. Um militante americano de direitos civis estimou recentemente que, das mais de 1 mil 200 pessoas enforcadas na Prisão Central de Pretória nos últimos 10 anos, menos de 10 cometeram crimes de alguma forma ligados a oposição ao *apartheid*.

Corredor — Esta proporção, no entanto, está mudando. No ano passado, o Congresso da Juventude Sul-africana — hoje proibido — lançou uma campanha para salvar presos políticos do corredor da morte, identificando 32 "patriotas" (abrangendo apenas os presos de maior importância política condenados à execução). Desde então, alguns foram executados (entre eles Moses Jantjies e Mlamli Mielies, os primeiros homicidas de *colarinho branco* a serem enforcados) e novos nomes foram adicionados à lista.

Segundo a publicação *Human Rights Update*, oito pessoas foram executadas por crimes de relevância política desde dezembro de 1986. O levantamento identifica atualmente, no corredor da morte, 53 pessoas condenadas por crimes políticos — quase um quinto dos que esperam execução.

Entre os *políticos* estão os Seis de Sharpeville, que em março conseguiram um adiamento da execução à última hora; três integrantes do Sindicato Nacional dos Mineradores, condenados pelo assassinato de um capataz; e Robert McBride, sentenciado por um atentado com carro-bomba que matou três pessoas em Durban.

Foi McBride que escreveu aquela tocante carta à mãe, acrescentando: "Um governo que precisa enforcar tanta gente para manter a 'lei e a ordem' devia se envergonhar" (D.B.)

Um concerto para Mandela

Festa de 10 horas lota Wembley

LONDRES — Setenta e duas mil pessoas lotaram o estádio Wembley, em Londres, para a Festa da Liberdade (*Freedomfest*), um concerto-maratona de 10 horas em homenagem ao 70º aniversário do líder negro sul-africano Nelson Mandela, preso desde 1962. A BBC transmitiu ao vivo para 60 países, a embaixada da África do Sul protestou junto ao governo britânico, alegando que a renda iria para uma "organização terrorista", o Congresso Nacional Africano, que luta contra o *apartheid*.

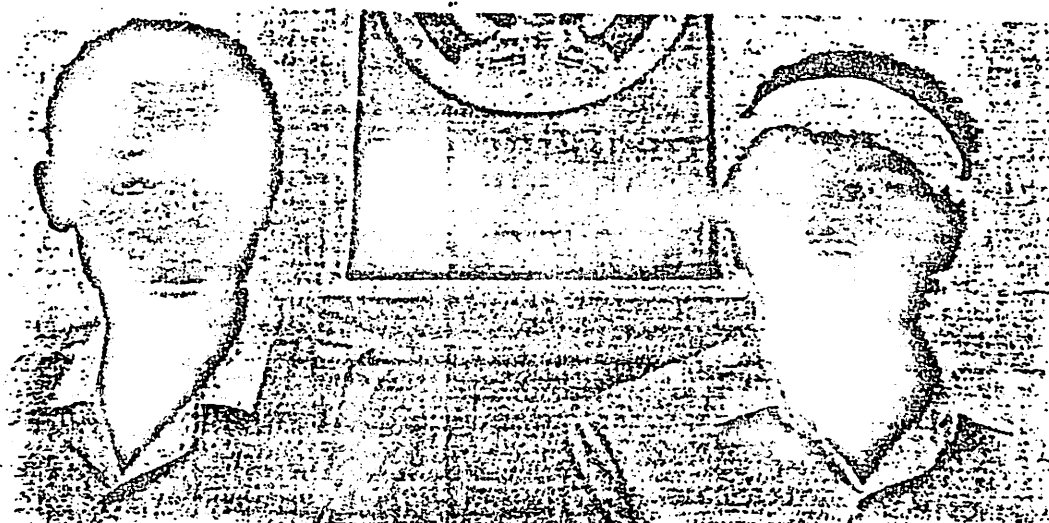
O ministério do Exterior disse, que a BBC era autônoma, apesar de estatal e a emissora respondeu que as 1 milhão 800 mil libras (£ 567 milhões) da renda irão para grupos de assistência humanitária às vítimas do *apartheid*. O concerto foi aberto por Sting com a música *If you love somebody set them free* (Se você ama alguém, liberte-o) e os versos "*free free, set them free*" foi cantado por todo mundo, resumindo os sentimentos gerais pela libertação de Mandela. O veterano cantor Harry Belafonte, também embaixador cultural da ONU, disse que era o mais importante evento desde o Live Aid há dois anos para ajudar a combater a fome na África:

"Estamos todos aqui hoje para homenagear um grande homem, líder dos oprimidos da África do Sul. Comemoramos seu 70º aniversário com uma mensagem bem simples: Nós lhe saudamos Nelson Mandela e exigimos a sua libertação e a de seus companheiros".

Participaram do concerto Stevie Wonder, George Michael, Eurythmics, Joe Cocker, Bee Gees, Dire Straits, Simple Minds, Fat Boys, UB 40 e Hugh Masekela entre outros.



A juventude se uniu contra o apartheid



caso de discriminação: Macheke (E) e Modisette foram espancados dentro de casa pela polícia

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
 Fonte: Filho de São
Paula DATA 13/06/88
 Cidade São Paulo SP

Concerto em três continentes denuncia o apartheid

CAIO TÚLIO COSTA
 De Paris

Hoje é dia de mais uma manifestação musical contra o regime racista da África do Sul. Os "potes" se reúnem em rock triplex: Paris-Dacar-Nova York. "Pote" é algo como "meu chapa", em francês. Duplex, ou triplex, são palavras usadas pela TV francesa para designar aquele efeito visual que consiste em colocar duas ou três imagens ao vivo, simultaneamente, no ar. Neste sábado, a partir das 19h, a organização anti-racista francesa SOS-Racismo promove um concerto triplo de cantores de rock em Paris, Nova York e Dacar, capital do Senegal.

Será um "evento mundial na luta contra o racismo", conforme definem o show na organização de Harlem Désir, o carismático negro de 28 anos, presidente da entidade-satélite do Partido Socialista francês. A TF-1 francesa (emissora que foi privatizada) vai transmitir o evento, em triplex, ao vivo, a partir das 22h. Joan Baez é talvez a mais conhecida entre os artistas que estarão presentes. Os "potes" vão reunir Ziggy Marley, Catherine Lara, Jonny Clegg, Les Communards e outros, menos cotados.

O SOS-Racismo sai de um período difícil de sua vida. Estava com pouco dinheiro, sem subvenção estatal. Ela foi cortada quando Jacques Chirac assumiu a chefia do governo francês, em 1986. Com a volta dos socialistas — e, principalmente, do ministro da Cultura Jack Lang — o sol nasceu de novo para a organização antiapartheid, anti-racista, anti-"lepenista" (de Jean-Marie Le Pen, o líder ultradireitista), propagadora da "ação coletiva" e pró-imigrantes.

O evento desta noite tem o financiamento da rádio Europe 1, da TF-1, do jornal "Libération", das estatais Frances-Telecon e Correios além do costureiro Yvès Saint-Laurent. No SOS-Racismo não se sabe o custo total da operação. Afinal, não são eles quem vão pagar a conta.

A organização elegeu também um deputado, Julien Dray. Ele concorreu nas últimas eleições legislativas pelo PS. Foi militante trotskista nos anos 70. Aderiu ao PS no início dos anos 80 e fundou o SOS-Racismo em 84. A entidade virou fenômeno mediático com a ascensão de Désir. A imprensa francesa o requisita com assiduidade desde agosto do ano passado, quando ele foi entrevistado no programa do Canal 2, "A Hora da Verdade".

O SOS-Racismo, diz Désir, já existe na Bélgica, na Suíça, no Canadá, na Noruega e na Dinamarca. Ele está tentando implantá-la também na Alemanha Ocidental. Existem projetos para a Itália e para o Brasil. Gilberto Gil participou de um encontro do SOS-Racismo, em 86, num concerto na praça da Bastilha. O show de hoje é gratuito e será na esplanada do bosque de Vincennes.

VINCENT CANBY
Do New York Times

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO	
Fonte	<u>O Globo</u>
DATA	<u>26.10.88</u>
Cidade	<u>Rio de Janeiro</u>

Contra O apartheid

O título "A World Apart" (literalmente, "Um mundo isolado"), que recebeu o filme de Oscar ("The Killing Fields", "The Mission") estréia na direção, ganhou o Prêmio Especial do Júri (na realidade, o segundo prêmio do festival) e a várias coisas, inclusive ao mundo Hershey, May e Linda Mvusi, que isolado da minoria branca da África faz o papel da criada negra da família do Sul, para a qual cada gesto cotidiano torna-se um ato atroz.

de tirânica significação política, uma afirmação da superioridade da própria minoria, estabelecida por Deus (e decretada pelo Governo).

"A World Apart" é a história de uma mulher branca, Diana Roth (Barbara Hershey) que, trabalhando clandestinamente para corrigir uma situação política por ela considerada intolerável, quase destrói a vida emocional de sua adorada filha Molly (Jodhi May), de 12 anos.

O filme conta, simultaneamente, duas histórias complexas, mas de tal maneira que a tragédia política muitas vezes parece ser usada como um pano de fundo algo exótico para tudo que acontece em primeiro plano.

"A World Apart", como o "Cry Freedom" de Sir Richard Attenborough, sugere que a missão do homem branco, que antes incluía tarefas como o comércio, a educação e a propagação da fé cristã, agora será a de sofrer altruisticamente pelas populações incultas do mundo. Seja qual for a maneira de ver esses filmes, o homem branco ainda assume a missão e ainda recebe a maior parte da simpatia.

"A World Apart", em que Chris Menges, o cameraman que ganhou o Oscar ("The Killing Fields", "The Mission") estréia na direção, ganhou o Prêmio Especial do Júri (na realidade, o segundo prêmio do festival) e a várias coisas, inclusive ao mundo Hershey, May e Linda Mvusi, que isolado da minoria branca da África faz o papel da criada negra da família do Sul, para a qual cada gesto cotidiano torna-se um ato atroz.

É um filme maravilhosamente interpretado e exasperante que, embora expresse todos os sentimentos certos, jamais vai suficientemente longe. Desta maneira, aplaca as consciências das platéias brancas, liberais, de classe média.

"A World Apart" seria inspirado na infância da argumentista, Shawn Slovo, cujos pais, Joe Slovo, advogado, e Ruth First, jornalista, foram militantes do movimento pela liberdade na África do Sul. Shawn Slovo situa a história em Johannesburg, em 1963, pouco antes de seu pai ser exilado e sua mãe submetida a uma série de prisões, sob a chamada lei dos 90 dias, que permitia a detenção sem fiança até este prazo.

Hershey está esplêndida no papel algo frio da jornalista. Diana Roth é o tipo da liberal ardente (é chamada de comunista por seus inimigos) que segue em frente de qualquer maneira, trabalhando para a melhoria da situação das massas, enquanto deixa os próprios filhos por conta própria.

A jovem May também está maravilhosa no papel da criança que, numa idade na qual a expectativa é de um bom ajustamento, de repente se vê sem um verdadeiro lar e rejeitada pelos amigos na escola. Menges ainda consegue desempenhos fantásticos das outras crianças do elenco.

Todos os negros do filme são personagens secundários, inclusive a paciente e sábia criada interpretada por Linda Mvusi e o delicado militante feito por Albee Lesotho. São apreciados, sem dúvida, mas vistos principalmente como tipos. Não faz muita diferença da maneira como são vistos pelo repressivo governo sul-africano.

A julgar por "A World Apart" (que, é preciso salientar, é muito melhor do que "Cry Freedom"), Menges é um diretor eficiente e inteligente (especialmente pela maneira como lida com os atores), mas não chega a despertar muito entusiasmo.

30 ACO 1969

Guerra entre negros provoca mais quinze mortos no apartheid

JOHANNESBURGO

— Quinze negros foram mortos nas últimas horas em povoados negros suburbanos da província de Natal, continuando com um clima de violência que nos últimos 18 meses causou cerca de 600 mortos, e em Soweto foi assassinado um candidato negro a vereador. Muitas organizações anti-segregacionistas se opõem a participação nas próximas eleições municipais. Enquanto isso, a polícia lançou bombas de gás lacrimogêneo e jogou tinta com canhões lança-água contra estudantes da Universidade de Durban que se reuniram no campus universitário.

Os estudantes informaram que uns 3 mil manifestantes se reuniram para protestar contra a decisão da Universidade de expulsar 150 estudantes que não podiam pagar as mensalidades. Os choques de Natal foram protagoni-

zados principalmente por membros da Frente Democrática Unida, uma federação clandestina anti-segregacionista multirracial, e integrantes de uma organização política zulu, de tendências mais conservadora, chamada Inkatha.

Os atos de violência registrados anteontem em Molweni, próximo a Durban, se centraram em disputas sobre propriedade de terras. Milhares de negros tiveram que abandonar suas casas em setembro passado, devido a uma série de inundações, e perambularam de povoado em povoado até que encontraram um lugar para morar em terras não lavradas.

Acrescentaram que as vítimas foram esquartejadas. Um boletim cotidiano policial, que não dá muitos detalhes dos fatos, diz que em três incidentes em Molweni foram mortos dez negros por grupos de outros negros.

11 SET 1988

João Paulo II na África condena o apartheid

HARARE — Assim que desembarcou no Zimbabuê, para uma visita de 10 dias à África, o Papa João Paulo II chamou de "injusta" a política racista do governo de Pretória e fez um apelo para que aqueles que têm responsabilidade pelo destino da África do Sul renunciem ao uso da violência para alcançar seus objetivos.

Nesta sua 39ª viagem ao exterior e quarta à África, o Papa incluiu no roteiro, além de Zimbabuê, Betswana, Suazilândia, Lesoto e Moçambique. Antes da partida, o jornal do Vaticano, "L'Osservatore Romano", observou que a mensagem geral de João Paulo será a pregação da paz, da reconciliação, da dignidade do ser humano e dos direitos humanos.

Há dias, o Papa insistiu em dizer que a Igreja considera a pobreza e a falta de oportunidades econômicas uma violação tão grande dos direitos humanos quanto a opressão religiosa ou política. Ao chegar ao aeroporto de Harare, João Paulo foi recebido pelo presidente do Zimba-

buê Robert Mugabe, com todas as honras de chefe de Estado.

O primeiro compromisso foi assistir a um série de danças tradicionais. Logo em seguida, o Papa teve encontro com Mugabe, que apesar de dirigir um país afinado com o pensamento marxista, recebeu formação religiosa e diz considerar-se católico. Ainda ontem, João Paulo fez o discurso de encerramento da Conferência Episcopal da África Austral (IMBISA):

O ponto culminante da visita a Zimbabuê, no entanto, será a missa prevista para hoje, no hipódromo de Borrowdale. Ainda na agenda de hoje, encontros com leigos, jovens com o corpo diplomático. Amanhã o Papa viajará à Balmayo, segunda cidade do país, e depois de amanhã seguirá para o Botsuana.

A África do Sul foi excluída do roteiro a conselho dos bispos locais, preocupados com os problemas gerados pela política do apartheid. Mas na véspera da viagem, João Paulo prometeu que um dia ainda visitará o país.

Papa na África

Cidade do Vaticano - O Papa João Paulo II chegará às portas do apartheid em sua primeira viagem ao sul da África, mas evitará escalas na África do Sul, em novo gesto de condenação da Igreja Católica à discriminação racial. Entre 10 a 19 de setembro, o Sumo Pontífice visitará três países da chamada linha de frente - Zimbábue, Botswana e Moçambique, além do Lesoto e da Suazilândia.



O Papa recebeu as boas-vindas do presidente Robert Mugabe, no aeroporto internacional de Harare

Papa chega à África e condena *apartheid*

Harare (Zimbabwe) — O papa João Paulo II qualificou como séria injustiça a política racista do governo de minoria branca da África do Sul ao chegar ao Zimbabwe na etapa inicial de sua visita de dez dias às cinco nações que fazem fronteira com aquele país.

No que se considera uma forma clara de concentrar sua visita num tema, o pontífice, que excluiu a África do Sul de seu itinerário, fez um apelo "a todas as pessoas que têm responsabilidade pelo destino" daquele país que renunciem ao uso da violência para alcançar seus objetivos. João Paulo II foi recebido pelo presidente Robert Mugabe numa cerimônia de que participaram membros de uma tribo que dançaram ritmos tradicionais.

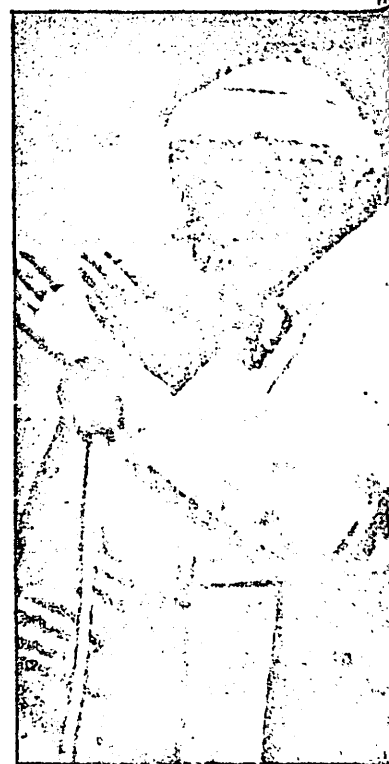
O papa, ao descer do Boeing 747 especial, beijou o solo da mais jovem das nações africanas, que luta para superar graves problemas,

como o de um milhão de desempregados e outro milhão de refugiados, que escaparam da guerra de Moçambique.

Milhares de pessoas colocaram-se no trajeto para o aeroporto, mas o acesso do público foi restringido durante a cerimônia de recepção do pontífice.

O papa não incluiu a África do Sul no roteiro de sua viagem porque os bispos sul-africanos o aconselharam a declinar do convite do governo deste país, em surpreendente comunicação na véspera de sua partida, disse que irá à África do Sul em outra oportunidade.

O papa João Paulo II disse que reza todos os dias pela libertação de Nelson Mandela, o líder negro sul-africano preso há 26 anos, condenado à prisão perpétua. Louvou-o por sua "firmeza" e disse que sua libertação "precisa ocorrer".



Mandela preocupa o Pa

14 SET 1963

Inimigos do *apartheid* pedem asilo

Johannesburgo —
Três importantes prisioneiros políticos da África do Sul escaparam ontem de um hospital e se refugiaram no consulado dos Estados Unidos em Johannesburgo, e um porta-voz norte-americano afirmou que eles não serão expulsos do local.

O porta-voz Barry Walkley, lendo um comunicado por telefone da sede da embaixada norte-americana em Pretória, afirmou que funcionários do consulado de Johannesburgo estão negociando com os três refugiados para "determinar sua vontade".

"Nós estamos em frequente contato com os três homens...sob os termos do direito internacional, as dependências consulares são invioláveis e as autoridades do governo-anfitrião não podem entrar sem autorização", afirmou o porta-voz em seu comunicado.

| 17 SET 1988

Brasileiro desafia até o apartheid

Nova Iorque — Desafiando a ordem do seu empresário e as disposições das entidades internacionais de boxe, o peso-pesado brasileiro Manoel de Almeida enfrentará o sul-africano Pierre Coetzer no dia 27, em Johannesburg. A decisão já foi comunicada à Confederação Brasileira de Pugilismo e ao Conselho Mundial de Boxe — duas organizações contrárias ao apartheid.

— Eu mesmo informei às duas entidades. O Manoel de Almeida, que é negro, disse ser contra o racismo, mas considera o Apartheid uma questão política e não esportiva. Na verdade, ele precisava de dinheiro e foi atraído pela bolsa de 10 mil dólares — contou o empresário Hugo Caproni, que cuida dos interesses do pugilista brasileiro nos Estados Unidos.

O LIBERAL

BELÉM - PA.

19 SET 1988

Políticos brasileiros vão pedir o fim do 'apartheid'

Porto Alegre (AE) — Com o objetivo de solicitar o fim do "apartheid" e a libertação do líder negro Nelson Mandela, uma comitiva de parlamentares federais de todos os partidos viajará à África do Sul, segundo anunciou ontem, em Porto Alegre, o deputado constituinte do PT gaúcho, Paulo Renato Paim. A criação da comitiva foi aprovada, de forma unânime, pelo plenário do Congresso Nacional, na semana passada, quando os deputados e senadores votaram requerimento do deputado Paim, que contava com a assinatura de 450 par-

lamentares. Além do constituinte gaúcho, participaram da mobilização pela viagem à África do Sul os deputados Benedita da Silva (PT), Carlos Alberto Cão (PDT) e Edimilson Valentin (PC do B), todos da bancada fluminense.

Segundo o parlamentar do PT gaúcho, a viagem, que deverá ser realizada na última quinzena de novembro, visa levar a "posição contrária do parlamentar brasileiro à política racista do governo sul-africano". Os parlamentares solicitarão uma audiência ao presidente

da África do Sul, Pieter Botha, quando "pediremos a libertação imediata de Nelson Mandela e o fim do apartheid". Eles também vão tentar um encontro com Mandela, no hospital em que está internado, para "levar a ele a nossa solidariedade e nosso engajamento na luta por sua libertação", acrescentou Paim, para quem a luta contra o racismo é "obrigação de todos que desejam o fim das injustiças". A comitiva também visitará os líderes do Congresso Nacional africano e as áreas de conflito de Angola e Moçambique.

Sede de bispos

é

incendiada

Em Pretória, *antiapartheid* de católicos

REUTERS

provoca ataque

Pretória — Incendiários ainda não identificados puseram fogo ontem na sede nacional da Conferência de Bispos Católicos da África do Sul. Organização conhecida por suas posições antiapartheid e que há duas semanas aconselhou seus fiéis a pensar seriamente se deveriam votar nas eleições municipais convocadas pelo governo branco para o dia 26.

O fogo, provocado por gasolina e parafina, engolfou dois andares do edifício e causou grandes danos materiais, sem no entanto fazer vítimas. Quatro pessoas, entre elas uma anciã de 72 anos, foram resgatadas pelo Corpo de Bombeiros após permanecerem presas pelas chamas no segundo andar e tentarem escapar usando uma corda feita de cobertores.

Quatro galões vazios de gasolina e parafina foram encontrados depois no edifício pela polícia, segundo a qual "não há dúvida de que se trata de um incêndio criminoso", no mesmo prédio funcionavam um convento e o serviço de arquivos da Igreja. Dois bispos e um terceiro homem fugiram do fogo usando uma saída de emergência.

"Fomos alertados por uma grande explosão", disse Rosemary Crooke, funcionária da Conferência de Bispos que estava no prédio no momento do incêndio. "Não havia luzes nas salas, que estavam cheias de fumaça, e em breve as chamas começaram a surgir em toda parte".

A polícia disse estar procurando por um minibus Volkswagen transportando 11 passageiros brancos e negros visto no lado de fora do edifício pouco antes de o incêndio se iniciar.

INTERNACIONAL

Dois andares do edifício da Conferência dos Bispos Católicos da África do Sul são destruídos

14 OUT 1988

MOMENTO URGENTE

'Apartheid' enforca seis

Johannesburgo - As autoridades da África do Sul enforcaram na madrugada de ontem seis prisioneiros envolvidos em crimes contra brancos, aumentando o número de executados este ano no país para mais de 100. O Ministério da Justiça informou que os seis, incluindo dois negros e quatro mestiços, foram condenados à pena capital sob as acusações de assassinatos e de estupro envolvendo vítimas brancas, e não por crimes políticos.

O porta-voz do ministério informou ainda que uma apelação final feita por um dos condenados foi rejeitada na noite de anteontem pelo Supremo Tribunal de Justiça de Pretória.

Entre os 103 prisioneiros executados este ano na África do Sul havia apenas um branco - outros 70 eram negros e 32, mestiços - e todos eram do sexo masculino, segundo o porta-voz.

Ativistas sul-africanos dos direitos humanos estimam que mais de 250 pessoas estão condenadas à morte no país, incluindo pelo menos 50 prisioneiros que serão executados por crimes políticos, entre os quais os chamados "seis de Sharpeville".

19 OUT 1988

Dissidentes vão testar o apartheid

Johannesburgo — Três importantes dissidentes sul-africanos, que estão refugiados no consulado dos Estados Unidos em Johannesburgo desde que escaparam das autoridades em 13 de setembro passado, planejam sair do local, hoje, a fim de testar a garantia do governo de minoria branca de que não serão presos novamente.

Mas o advogado dos dissidentes, Krish Naidoo, que divulgou a informação, afirmou que os ativistas ainda não analisaram os detalhes finais de seu plano, e acrescentou: "A questão é tão delicada que eles poderão não sair amanhã".

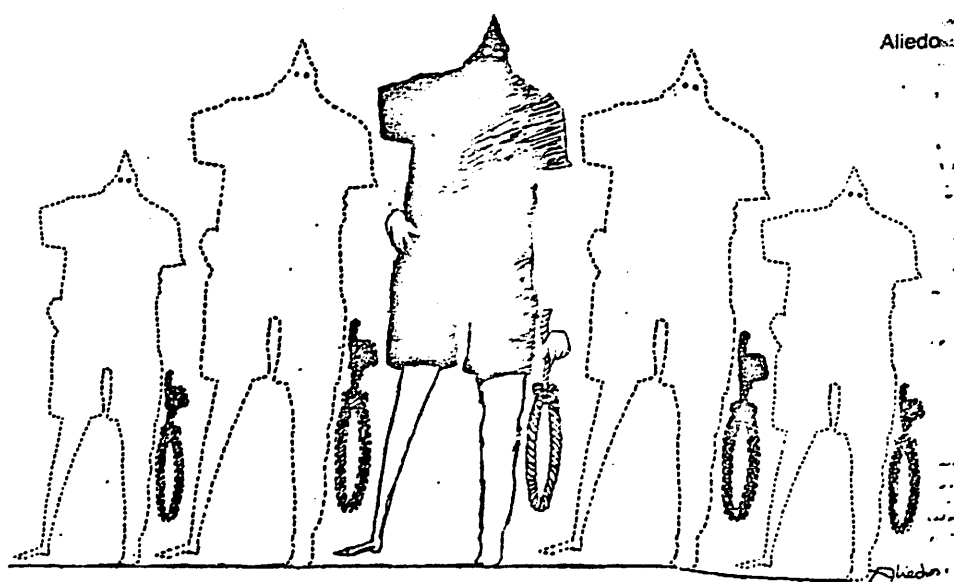
Um porta-voz da embaixada norte-americana em Pretória se recusou a fazer comentários sobre a situação. Fontes dissidentes, entretanto, afirmaram que a decisão dos ativistas, Murphy Morobe, Mohammed Valli Moosa e Yusi Khanyile, pode ter sido tomada depois de receber um conselho do líder antiapartheid Nelson Mandela — condenado à prisão perpétua —, que lhes chegou através da mulher do símbolo da resistência negra sul-africana, Winnie.

Winnie afirmou que conversou com seu marido sobre a questão dos dissidentes, acrescentando que Mandela fez certas sugestões que ela comunicou a Naidoo.

segunda-feira, 31/10/88

JORNAL DO BRASIL

Internacional



Transkei procura carrascos

*País criado pelo
'apartheid' tem 63
na fila da forca*

UMTATA, Transkei — O presidente Ndamase, do território tribal de Transkei — independente da África do Sul desde 1976 mas sem reconhecimento internacional — está enfrentando uma escassez bastante peculiar: a de carrascos. O último do país se aposentou em março, e desde então pelo menos mais 30 pessoas foram condenadas à morte. Ndamase, que também é ministro da Justiça, afirmou que há 63 pessoas na fila da forca, à espera de carrascos.

Advogados de Umtata, a capital, confirmam que o cargo está vago, mas o próprio Ndamase não sabe explicar como os carrascos são recrutados. Na semana passada, a pena de morte voltou a ser atacada num simpósio da Associação de Advogados de Umtata e Arredores (UDLA), no qual foi denunciada a falta de

garantias para defesa nos processos em que a pena de morte é possível.

"Os acusados são representados por advogados inexperientes, se tanto, em circunstâncias que não permitem tempo nem condições mínimas para a preparação de uma defesa adequada", afirmou Dumisa Ntsebeza, advogado de Umtata e integrante da UDLA. Vários oradores do simpósio denunciaram que a pena de morte é frequentemente utilizada pelo governo contra a oposição, grupos minoritários e os menos privilegiados. Segundo o professor Herbert Vilakazi, do departamento de sociologia da Universidade de Zululândia, a pena de morte faz parte da violência organizada que o governo utiliza para manter a ordem.

Transkei foi criado em outubro de 1976 como parte da política de segregação racial desenvolvida pelo governo da África do Sul, pela qual o país seria dividido em 10 territórios, nove negros e um branco, onde viveriam divididas as diferentes raças. A iniciativa foi repudiada internacionalmente e até hoje Transkei não é reconhecido como país pela ONU.

13 NOV 1983

Fogo destrói-sede anti-apartheid

Johannesburgo — A sede do Sindicato Nacional de Estudantes Sul-Africanos (Nusas), movimento anti-apartheid, foi destruída por um incêndio de origem criminosa sexta à noite, informaram responsáveis pela organização em Johannesburg.

Um correspondente da AFP comprovou que o local, situado no recinto da Universidade de Witwatersrand, incendiou-se parcialmente. Um longo rastro negro, correspondente sem dúvida a uma mecha, era visto do exterior.

O atentado ocorreu durante horas em que ninguém se encontrava no local. As paredes exteriores exibiam inscrições proclamando "Viva Azapo", "Viva Azasm" e "A consciência negra triunfará".

Outras inscrições na entrada, no térreo, eram dirigidas contra o arcebispo anglicano da cidade do Cabo, monsenhor Desmond Tutu: "Tutu deve morrer", também estava escrito.

Reunião de poetas

Paris - O diretor geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Federico Mayor, anunciou ontem ao Conselho Executivo sua intenção de convocar para julho do próximo ano em Arusha, Tanzânia, uma grande reunião de poetas do mundo inteiro sobre o tema da abolição do apartheid.

| 22 NOV 1988

Atletas ignoram o apartheid

Johannesburgo — O campeão brasileiro de salto em altura Tom Hintnaus, radicado nos EUA, e outros 13 atletas norte-americanos competirão na África do Sul, em abril de 89, apesar do boicote esportivo internacional contra esse país por motivo de segregação racial, o apartheid. informou ontem em Johannesburg o diretor da Federação Sul-Africana de Atletismo, Gert le Roux.

Hintnaus e dois dos norte-americanos, o corredor Ray Wicksell e o campeão de salto a distância Tyrus Jefferson, assim como o diretor norte-americano da tournée, Dick Tomlinson, foram suspensos indefinidamente na semana passada pela Federação Norte-Americana por terem se apresentado na África do Sul, apesar das advertências da Federação Internacional.

Le Roux disse que talvez outros atletas participassem também da tournée, mas que o contingente essencial era formado pelo brasileiro, que é de origem norte-americana, e pelos 13 dos Estados Unidos.

25 NOV 1988

'Apartheid' em julgamento

Atleta que foi à África do Sul pode ser punido

LOS ANGELES — Na semana passada, o Congresso dos Atletas dos Estados Unidos ouviu o depoimento de alguns dos 14 atletas norte-americanos — entre eles, Tom Hintnaus, brasileiro com dupla-cidadania — que participaram em outubro de uma turnê pela África do Sul, expulsos do COI e da Federação Internacional de Atletismo (Iaaf) por sua política de discriminação racial. O Congresso ainda não chegou a julgamento, mas esses atletas estão ameaçados de expulsão, da mesma forma como podem ser banidos das competições internacionais pela Iaaf. As críticas são pesadas por parte até de colegas.

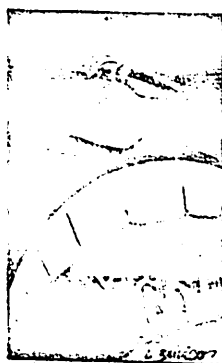
O julgamento trouxe o assunto aos jornais e deu mais uma chance para uma defesa. Nenhum deles está arrependido de ter ido à África do Sul. "Eu sou contra o *apartheid*. Mas esse boicote internacional está prejudicando os atletas sul-africanos e isso não é justo. Eu também sou contra usar o esporte como força de pressão política", explica Tom Petranoff, ex-recordista mundial no lançamento do dardo, que ajudou a recrutar atletas para a excursão.

Os norte-americanos — sete brancos e sete negros — receberam de US\$ 30 mil a US\$ 100 mil para participar das competições e gostaram da experiência. Especialista no salto com vara, Hintnaus, que defendeu o Brasil nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (ele mora nos EUA desde, pequeno), decidiu permanecer na África do Sul por algum tempo para tentar arranjar um emprego. Ray Wicksell, um corredor de meia distância, vai ficar treinando lá até janeiro.

Os atletas, muitos deles em fim de carreira, admitem que foi o dinheiro que os levou à África do Sul. "Só um maratonista que ganha US\$ 50 mil por prova poderia ignorar essa proposta", afirma Carol Cady, 26, recordista americana do lançamento de disco. "Eu fui pelo dinheiro mas, quando vi os atletas de lá, senti que estava fazendo a coisa certa. Os atletas estão sofrendo", acrescenta Doug Laut, 31, medalha de bronze em Los Angeles no arremesso de peso.

Eles insistem que a África do Sul está passando por uma transição, que viram brancos e negros treinando e competindo juntos e que há muito distorção por parte da imprensa. A fundista Ruth Wysocki reclama da hipocrisia. "A maior parte do ouro e diamante que as pessoas usam nos casamentos vieram da África do Sul. Se querem marcar posição, por que não jogam isso tudo fora e não compram nunca mais?"

As argumentações não convenceram a outros atletas. "Lá, brancos e negros vivem em mundos diferentes. Eu duvido que eles tenham visto como essas coisas realmente são", diz Sydney Maree, um negro sul-africano naturalizado americano. "Eles ganharam um bom dinheiro, mas vão pagar um preço", afirma Alvin Criss, assessor do Congresso dos Atletas. As punições devem acontecer. O sucesso da excursão mostrou, porém, que o esporte sul-africano sofre com o boicote."



Apartheid ameaça a Davis

Estocolmo — A televisão estatal sueca poderá deixar de transmitir a final da Copa Davis de Tênis entre Suécia e Alemanha Ocidental, de 16 a 18 de dezembro, porque os alemães-ocidentais Boris Becker e Carl-Uwe Steeb jogaram na África do Sul, que adota a política do Apartheid.

As leis suecas proíbem a transmissão de eventos na Suécia que contem com a presença de atletas que estão na lista negra das Nações Unidas. Becker e Steeb estão nesta lista por terem jogado na racista África do Sul.

A semifinal da Suécia contra a França em julho último, porém, foi televisionada embora três jogadores que estão na lista negra estivessem no time adversário. A comissão de supervisão da TV sueca se pronunciará a respeito na próxima semana.

"Pretendemos mostrar o jogo", disse Hans Bo. evier, funcionário da emissora. "Mas a situação ficará extremamente difícil se formos punidos pela comissão de supervisão. Já fomos penalizados por isso antes".

Becker jogou na África do Sul aos 16 anos, quando era um juvenil mas se recusa a pedir desculpas à ONU para sair da lista negra. Por isso ele teve o seu título honorário de embaixador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) cassado no ano passado.

Treinamento

Os tenistas suecos Kent Carlsson e Jonas Svensson descansarão do frio escandinavo no começo de dezembro, quando treinarão na Sicília com o número um do tênis italiano, Paolo Gane.

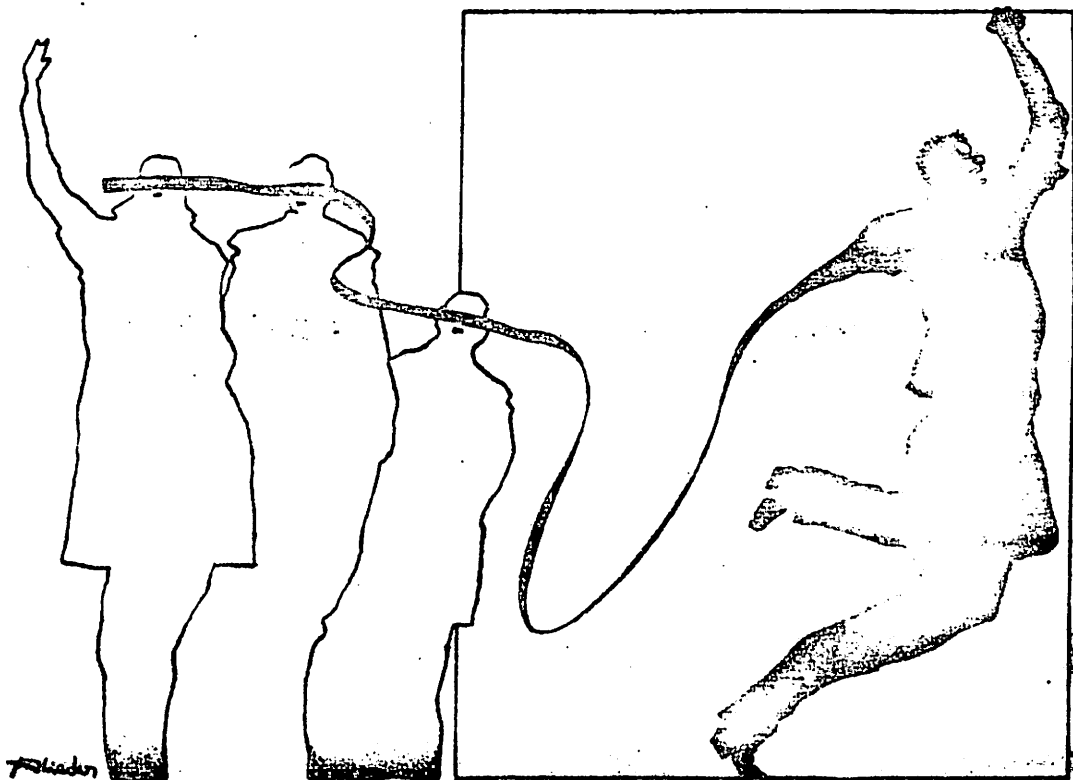
Liberdade — O ativista negro anti-apartheid, Harry Gwala, condenado à prisão perpétua na África do Sul, por apoiar uma proscrita organização guerrilheira, foi libertado ontem. Gwala, 68, amigo de Nelson Mandela e membro veterano do proscrito Congresso Nacional Africano, sofre de uma doença incurável que paralisou seus braços e os médicos não lhe dão mais que dois anos de vida. Grupos anti-apartheid apelaram ao presidente Botha que o libertasse por razões humanitárias.

domingo, 11/12/88

JORNAL DO BRASIL

Internacional

Brancas contra o 'apartheid' enfrentam hostilidades



Scott Kraft

Los Angeles Times

PORT ELIZABETH. África do Sul — Desde 1964, quando tinha três criancinhas pequenas em casa, Bobbie Melunsky, hoje com 52 anos, tem sofrido o ódio dos brancos por lutar contra o *apartheid*. Ela é membro do *Black Sash* (Faixa Negra), um grupo de mulheres brancas que, há mais de três décadas, vem enfrentando os homens brancos que governam a África do Sul.

Os 2.000 integrantes do Faixa Negra — em sua maioria donas de casa e mães em boa situação financeira — dirigem escritórios de assessoria e orientação para negros, trabalham em distritos negros contra os desmandos do poder do Estado e fazem piquetes em suas próprias comunidades contra o sistema que concede aos brancos uma vida de privilégios à custa da maioria negra.

“Essas mulheres deixaram o bridge, o golfe, o tênis, o âmbito confortável de uma vida excepcionalmente boa”, diz Sheena Duncan, filha de uma das fundadoras do Faixa Negra e ela própria uma força inspiradora na organização.

Um híbrido — Por causa do seu compromisso com uma democracia de sufrágio universal e governo de maioria negra, os membros do grupo são evitados e hostilizados por simpatizantes do governo, brancos direitistas e mesmo por velhos amigos.

Filhos, maridos e pais de participantes do Faixa Negra têm sido privados de atestados de boa conduta das autoridades de segurança, demitidos de empregos públicos e expulsos das escolas de cadetes do exército.

Uns 10 integrantes do Faixa Negra passaram até três meses detidos sem julgamento, nos dois últimos anos. Uma senhora de 60 anos, que entrou para o grupo recentemente, foi interrogada pela polícia, que lhe pediu que se transformasse em informante. Ela recusou.

E, há poucas semanas, alguém arrombou, no meio da noite, o pequeno escritório de orientação do Faixa Negra desta cidade costeira, derramou gasolina no chão e nas mesas e riscou um fósforo. Foi o segundo escritório da organização destruído em menos de dois meses.

“Todas nós nos sentimos um pouco mais inseguras ultimamente”, diz Duncan. “Mas, neste país, ainda podemos dizer e fazer coisas que um ativista negro não pode. E isso nos dá uma grande responsabilidade.”

O Faixa Negra é um híbrido: em parte é um clube de chá e em parte é uma máquina política sem medo. Os membros não somente fazem bolos e conservas para suas reuniões de arrecadação de fundos aos sábados à tarde, mas também frequentam comícios em distritos negros e organizam protestos em seus próprios bairros contra tudo — desde alistamento militar a segregação residencial.

O governo proíbe protestos públicos de duas ou mais pessoas, de forma que os membros do Faixa Negra postam-se separadamente, a vários quarteirões de distância um do outro, ao longo de quilômetros de ruas. A polícia recentemente deteve vários membros do Faixa Negra que estavam num banco de parque decidindo quem tiraria o primeiro turno do piquete.

“Acho que nenhum de nós acredita que vamos mudar o pensamento das pessoas, exibindo-lhes um cartaz”, diz Mary Burton, presidente nacional do Faixa Negra. “Mas estamos demonstrando à maioria (negra) que existem pessoas brancas preparadas para fazer isso.”

Em 11 escritórios espalhados por todo o país, voluntárias do Faixa Negra orientam os negros através dos meandros da burocracia branca, ensinando coisas que vão desde obter compensação por desemprego a reconquistar a cidadania sul-africana. Cerca de 8 milhões de negros perderam

a cidadania quando o governo os transferiu para “pátrias” supostamente independentes.

O Faixa Negra também é um dos poucos grupos brancos liberais a trabalhar regularmente nos guetos negros, combatendo as ameaças governamentais de remoção forçada e consultando os líderes da libertação nas bases. Essas atividades, e os informes detalhados do grupo sobre a situação dos negros, têm chamado a atenção das forças de segurança da África do Sul.

Até agora a organização escapou dos decretos do governo que têm efetivamente proibido a maioria dos grupos anti-*apartheid*, incluindo-se 23 neste ano.

O Faixa Negra tem um escudo quase impenetrável contra esses atos rigorosos e muito divulgados do governo, porque seus membros são todos mulheres, quase todas brancas, e muitas delas casadas com capitães da indústria sul-africana.

“Somos mulheres brancas, eminentemente respeitáveis e não constituímos perigo”, diz Ethel Walt, 62 anos, presidente do Faixa Negra no Transvaal. Seu marido dirige a filial sul-africana de uma grande firma multinacional, mas ela pediu para não o identificarmos, com receio de represálias.

(Embora a participação no Faixa Negra seja aberta a todas as raças, menos de 10 membros são negros.)

Sua posição na África do Sul branca permite aos membros do Faixa Negra assumir riscos que levariam à cadeia ativistas políticos negros. Permite-lhes até, como observa Melunsky, “conseguir impunemente ser um pouquinho atrevidas com algumas autoridades brancas”.

Mas também às vezes faz com que sejam isoladas por seus amigos brancos e, embora muitos maridos incentivem o trabalho no Faixa Negra, isso também pode criar conflitos.

Horrores — A maioria dos 56 membros do Faixa Negra de Port Elizabeth, por exemplo, é bem conhecida da polícia e de outros brancos.

Um membro feminino do Conselho Nacional do presidente Pietr Botha, que considera o Faixa Negra uma organização radical, tentou inutilmente impedir que sua filha aderisse ao grupo.

“Quando vejo os horrores do *apartheid*, acho difícil acreditar que minha mãe tome parte nisso”,

diz a filha, Madeleine Stone, 34 anos, que trabalha em tempo integral num escritório do Faixa Negra.

Quando Sandy Stewart, 30 anos, sem marido, foi detida na frente de seus dois filhos em 1986 e mantida presa sem mandado durante três meses, o diretor da prisão acusou-a de ser egoísta.

“Fico preocupada”, admite Stewart. “Às vezes me pergunto: estou sendo uma mãe responsável? Mas ser política é uma extensão do processo educativo. Botei filhos neste mundo e estou tentando torná-lo um lugar melhor para eles.”

O Faixa Negra foi fundado em 1955 para lutar contra a retirada de pessoas mestiças das listas de votação da África do Sul. Não demorou muito, batalha, os líderes resolveram manter vivo o Faixa Negra, como uma força permanente em prol da justiça política. Somente cerca de mil membros permaneceram no grupo.

O Faixa Negra estava isolado do público branco e dos negros nos anos 70, quando a consciência negra avançou para a linha de frente dos protestos anti-*apartheid*. Mas as lizações do Faixa Negra com a luta de libertação melhoraram na década de 80 com o surgimento de organizações multiraciais, como a Frente Democrática Unida.

Durante os distúrbios distritais sangrentos de 1984-86, os membros do Faixa Negra frequentaram funerais políticos e comícios de protesto, e os rostos brancos, femininos, para desestimular confrontos entre a polícia e os manifestantes.

DOMINGO, 11/12/88 - JORNAL DO BRASIL- INTERNACIONAL

"Você entende que a situação é terrível para os negros, mas, devido à maneira como fomos educados, você não vê nenhum meio de fazer alguma coisa", diz Michelle Laird, 27, mãe de dois filhos, que entrou para o grupo há dois anos. Como a maioria, Laird fez sua primeira visita a um distrito negro já como membro do Faixa Negra.

"Meus amigos acham assombroso que eu, uma mulher branca, possa ir a um desses distritos", diz ela.

Esse contato com negros, uma experiência que poucos sul-africanos têm, dá aos ativistas do Faixa Negra uma visão esperançosa de um futuro sob governo de maioria negra.

Nigeriano desconfia de paz africana

"Qualquer iniciativa de paz é bem vinda, mas a África do Sul não é famosa por respeitar acordos assinados", advertiu, ontem, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Ika Nwachukwu, que se encontra em visita oficial ao Brasil. Num encontro que teve com o ministro Abreu Sodré, o chanceler nigeriano chegou a pedir ao governo brasileiro o rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul.

O Brasil e os demais países devem exercer pressões sobre a África do Sul para que ela não quebre os compromissos do acordo que está sendo negociado com Angola e Cuba para o estabelecimento da paz na África Austral, afirmou o ministro nigeriano. Sua expectativa em relação a esse acordo, porém, é de cautela. Segundo ele, o regime de Pretória já é conhecido por descumprir acordos internacionais.

Quanto ao Brasil, disse que é muito clara a posição de repúdio ao regime racista do apartheid. O chanceler da Nigéria saudou a inclusão na nova Constituição brasileira de um artigo que considera o racismo um crime.

O objetivo principal da visita do chanceler nigeriano, que está acompanhado de uma comitiva de doze empresários, é o de aumentar o comércio com o Brasil, reduzido a menos da metade nos últimos três anos. O intercâmbio comercial atingiu 2,4 bilhões em 85, mas no ano passado não chegou a meio bilhão de dólares.

A queda no comércio com a Nigéria se deve à suspensão de um acordo para a compra e refino do petróleo nigeriano. Depois de uma concorrência internacional, a Petrobrás perdeu o contrato para a empresa francesa Elf Aquitaine. Mas o ministro Ika Nwachukwu acha que é possível retomar os índices anteriores no comércio bilateral se for ampliado para outras áreas. Agricultura, mineração, petroquímica são alguns setores que poderão ser explorados conjuntamente em regime de "joint-ventures", anunciou durante entrevista coletiva. Depois de ser recebido em audiência pelo presidente José Sarney, o ministro inaugurou o novo prédio da chancelaria nigeriana em Brasília.

Nigéria pede apoio contra o *apartheid*

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Ike Nwachukwu, fez ontem um apelo ao chanceler Abreu Sodré para que o Brasil rompa relações diplomáticas com a África do Sul, considerando fundamental o apoio brasileiro à luta contra o regime do *apartheid*. O apelo do ministro nigeriano foi anotado pelo presidente José Sarney e pelo chanceler Sodré e o visitante foi informado de que o Brasil continuará combatendo o regime racista sul-africano mas o Governo brasileiro não vai chegar ao rompimento com Pretória.

Ike Nwachukwu não quis falar sobre a decisão brasileira de não romper relações com a África do Sul e disse que expôs às autoridades brasileiras a posição nigeriana de condenação ao *apartheid* e racismo em todas as suas ramificações. O chanceler afirmou ainda que "esperamos que todas as nações civilizadas do mundo se juntem a nós na luta contra esse regime odioso".

Elogio

Apesar de não obter dos seus interlocutores brasileiros qualquer indício de que o Brasil possa vir um dia a romper relações com a África do Sul, o chanceler Nwachukwu elogiou a postura do País nos mais diferentes foros internacionais onde se combate o *apartheid*. Ele lembrou também que a nova Constituição brasileira considera o racismo crime passível de punição.

Política de justiça e paz

Um final de ano feliz, eis o que inesperadamente está ocorrendo, se não nos setores da economia, pelo menos no âmbito das relações internacionais, tão intimamente ligadas hoje à segurança e bem-estar de todos os povos, ricos, industrializados, em desenvolvimento, como daqueles que lutam com tantas dificuldades para ter apenas um pequeno lugar ao sol. Já é possível olhar o futuro com maior confiança, dissipadas aquelas nuvens pesadas que tanto afligiram as duas gerações posteriores à Segunda Guerra Mundial. Não terão cessado as divergências de interesses, as faces múltiplas de uma realidade, com aspecto ainda misterioso e indecifrável. Mas estão sendo eliminadas, embora paulatinamente, aquelas causas de ordem psicológica que tanto anunciavam a visão antecipada do próximo século.

As notícias destes últimos dias, quando o Natal renova as esperanças, são promissoras e além das mais lisonjeiras expectativas: resolve-se na África do Sul o problema da independência da Namíbia, Angola concilia-se com Pretória, sessenta mil soldados cubanos serão retirados da África. O agente poderoso dessa aura apaziguadora está sendo o Departamento de Estado, cuja atitude relativa ao *apartheid* foi sempre mais moderna, em bora explícita e incontrastável. Fruto da "política de poder" que foi, e será sempre a fonte criadora das soluções que não se encontram ao alcance dos fracos.

E mais surpreendente ainda é a posição adotada pelo futuro presidente George Bush. Reagan, buscando um entendimento com os palestinos paviar o mundo da expectativa de um conflito nascido no Oriente Médio. Em Israel há quem fale de felonía e abandono da Terra Santa por parte de um aliado tido como seguro e até inflexível. Há quarenta anos, o embaixador dos Estados Unidos, o colored Bunche, falando perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, apresentava esta solução, que demandava quatro décimos, e como princípio essencial dos direitos humanos.

COI mantém posição anti-apartheid

ESPORTE

Viena — Os atletas que competem na África do Sul poderão ser barrados nos Jogos Olímpicos, de acordo com as novas medidas adotadas pela Comissão Executiva do Comitê Olímpico Internacional (COI).

A comissão aprovou uma proposta do seu comitê anti-apartheid, fazendo uma advertência aos atletas pedindo às federações internacionais esportivas para monitorar os seus movimentos.

O juiz Keba McBaye, presidente da Comissão, revelou a política severa do COI, ao apresentar o seu relatório na última reunião entre a executiva da entidade e os comitês olímpicos nacionais

e não de outros continentes. Eles sabem bem como resolver o problema.

"Ficaremos felizes em aceitar a África do Sul de volta à família olímpica, mas isto acontecerá no dia em que os sinais que mostram o apartheid tenham morrido na África do Sul. Estamos lutando pouco a pouco, passo a passo e vencendo esta batalha.

O general J. N. Garba, presidente do Comitê Especial das Nações Unidas contra o apartheid, também falou no encontro, elogiando a posição do Movimento olímpico.

Mas ele advertiu que os problemas não terminaram com a

"Vamos entrar em contato com a Federação Internacional Esportiva, pedindo que ela controle os seus atletas", disse. "Se eles competirem na África do Sul, não deverão ir às olimpíadas.

Embora o tênis e a ginástica tenham sido apontados como violadores da sua determinação, o COI apresentou o assunto a todas as federações.

"O COI vai perguntar como elas pretendem evitar que seus atletas participem de exibições ou jogos na África do Sul".

REGRAS

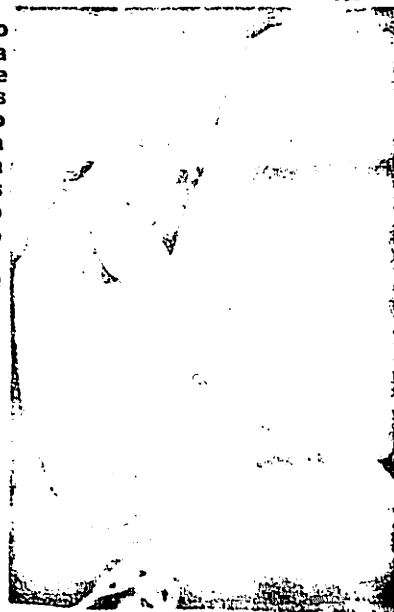
O juiz McBaye diz que os co-

expulsão da África do Sul do Movimento Olímpico: "A África do Sul, com ajuda dos que apóiam, fez várias tentativas para reingressar no Movimento Olímpico, mascarando a sua política racista e utilizando um exercício agressivo de relações públicas. Mas infelizmente o país ainda está sendo apoiado por um pequeno mas bem orquestrado lobby na comunidade esportiva internacional".

Garba disse que a histórica reunião sobre o apartheid no esporte, realizada no QG do COI em Lausanne, em junho, "foi uma mensagem clara para a África do Sul abolir o apartheid se quiser retornar à família olímpica".

mitês olímpicos nacionais também estão sendo orientados a observarem as mesmas regras. As normas do COI serão distribuídas em todo o mundo, acrescentou. A África do Sul, que foi expulsa do Movimento Olímpico em 1970, teria de abandonar a sua política discriminatória antes de ser readmitida, segundo o presidente do COI, o presidente Juan Antonio Samaranch.

"Nós, do Movimento Olímpico, continuaremos a nossa luta contra o apartheid no esporte", disse aos delegados. "Este é um problema bem conhecido pelos africanos e nós estamos prontos a ajudá-los a encontrar uma solução. Mas esta solução deve mesmo vir dos países africanos



Aurélia: prejudicada

18 DEZ 1988

Apartheid dá punição nas Olimpíadas

Viena — Os atletas que competirem na África do Sul serão expulsos dos Jogos Olímpicos, segundo as novas medidas adotadas pela junta executiva do Comitê Olímpico Internacional. A junta aprovou uma proposta de seu comitê antiapartheid, e fez uma advertência a todos os atletas e às federações esportivas internacionais.

O juiz Keba Mbaye, presidente do comitê, revelou as drásticas decisões na reunião do COI com os comitês nacionais olímpicos. "Vamos estabelecer um contato com as federações internacionais para que vigiem seus atletas. Se estes competirem na África do Sul, não participarão das Olimpíadas", disse Moaye.

O tênis e a ginástica foram apontados como infratores desta política, mas o COI discutirá o tema com todas as federações. As diretrizes do COI serão distribuídas em todo o mundo.

Segundo o presidente do COI, Juan Antônio Samaranch, a África do Sul terá de abandonar sua política de apartheid para ser readmitida.

"Nós, no movimento olímpico, prosseguiremos nossa luta contra o racismo no esporte", disse ele aos delegados.